

APRESENTAÇÃO

CONSTRUIR E ACESSAR POLÍTICAS

Interferir nas políticas públicas, gerando mais justiça, equidade e melhorias das condições de vida da população, especialmente dos mais pobres, tem sido a máxima básica do trabalho do MOC, desde há anos.

Certa feita, um agricultor, em um dos nossos múltiplos eventos de formação, se saiu com uma reflexão magistral. Analisando a postura do Estado, que primava pela descontinuidade das ações voltadas para as comunidades, quebrando processos, inviabilizando o desenvolvimento na sua dimensão de sustentabilidade, assim se expressou: “*Para os ricos tem as políticas. Para os pobres, tem os projetos*”. E, explicitando mais seu pensamento, caracterizava as políticas como processos duradouros, enquanto os projetos eram “coisinhas”, quase que uma tapeação e com migalhas de recursos.

Refletindo mais aprofundadamente esta afirmação, poderíamos identificar variadas ações e estratégias de Governo que são constantes e sistemáticas. A política econômica, a política de terra, a política de crédito e muitas outras. Nelas, no entanto, os mais pobres estão sempre mais de fora ou têm dificuldades históricas e enormes de ter acesso. Acessam migalhas ou as acessam com o pensamento de que estão recebendo favores do Estado. E, ao lado disso, os projetos. Na sua maioria dirigidos aos mais pobres e sem garantia nenhuma de continuidade, ficando sempre ao sabor do humor dos governantes.

Mais ainda, as políticas têm recursos alocados nos orçamentos públicos, o que lhes garante continuidade. Já os projetos dependem dos jeitinhos e dos ventos pró e contra. Iríamos bem adiante nesta reflexão, mas o que aqui nos interessa é outra perspectiva. Ou seja: se esta constatação do nosso agricultor é fundamental e estratégica, outra estratégia é mais importante ainda.

Como reverter este quadro, fazendo com que os serviços públicos e as

políticas cheguem a todas as pessoas e que, desta maneira, máxime os mais pobres tenham resgatada sua cidadania e acessem as políticas enquanto direito e não enquanto favor.

Nesta linha, caminhos têm despontado com fortes e essenciais e a elas o MOC tem se dedicado, na sua estrada de constituição e assessoramento a grupos populares.

De um lado, ajudar os grupos a que sistematizem suas práticas, na perspectiva de que através desta sistematização possam refletir e aprofundar sua caminhada e dispor de propostas bem elaboradas de políticas, oriundas de suas necessidades e práticas. É nesta linha que começam a despontar propostas de políticas para mulheres, propostas de políticas de educação contextualizada, políticas para jovens.

De outro lado a preocupação de ocupar, o mais possível, os espaços de debates, elaboração e proposição de políticas públicas, como os Conselhos, as Comissões, os debates de orçamento participativo e outras possibilidades de interferir na construção de políticas. E... Qualificar-se para que a participação nestas esferas não seja apenas uma legitimação do que ali acontece, mas se crie efetivamente a possibilidade de interferir e mudar o rumo das políticas, via de regra um serviço aos privilegiados.

E, finalmente, outra estrada: muitas vezes a população deixa de acessar as políticas que a ela se destinam, não tanto pela inexistência das políticas, mas sim pela desinformação sobre as mesmas. Nesta linha de ação, constroem-se os debates e processos que a população busquem acesse as políticas, na perspectiva de direitos seus. Assim é que em nossa região, se multiplica o acesso a políticas para mulheres, a políticas de água, a políticas de economia solidária, a políticas da criança e adolescente, a políticas de comunicação, a políticas de crédito, a políticas de assistência técnica, políticas de comercialização, políticas de educação contextualizada e outras e outras.

Neste caminhar, assumimos como máxima a estratégia de sair de projetos para políticas. De construir, através dos projetos, nossas

experiências, nossas propostas e uma vez elas sistematizadas, levá-las aos espaços de construção e elaboração de políticas. E, finalmente, acessar as políticas.

Esse caminhar, com certeza, está mudando para melhor a vida de muitas pessoas e comunidades, que passam a elaborar, construir e fazer controle social sobre as políticas e acessá-las como direito e espaço de cidadania e de vida.

É este caminhar que queremos partilhar com todos e todas neste relatório. E o fazemos não como quem quer mostrar o caminho e tem a sabedoria, mas como quem palmilha uma estrada que, ao lado de outras e outras, com certeza vai melhorar a vida e construir justiça e equidade em nosso país.

No relatório de cada programa, ou se fez uma reflexão dentro do próprio texto do relatório, ou se fez um texto destacando aspectos da caminhada.

Boa leitura!
A Equipe do MOC.

POLÍTICAS PÚBLICAS: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS DO MOC NA CONSTRUÇÃO E ACESSO

Buscamos refletir nossa ação institucional, em 2009, a partir do tema “Interferência em Políticas Públicas, interferência esta entendida nos seus mais variados sentidos, que não podem ser olhados isoladamente

e sim de modo complementar.

Trata-se, de um lado, da identificação das políticas, a partir das experiências, necessidades e demandas das comunidades e da sociedade. Trata-se, igualmente, de ocupar os espaços de construção das políticas, para fazer as proposições, controle social e outras estratégias. Trata-se, de igual modo, de criar todos os mecanismos possíveis para que a população, especialmente a mais pobre e que normalmente fica à margem das políticas, tome consciência dos seus direitos e acesse as políticas que lhe dizem respeito.

Essa, de certo modo, é a história e o relato que o MOC faz, analisando sua prática com os grupos.

Na tentativa de teorizar um pouco estas experiências, algumas equipes tematizaram o tema dentro do próprio relato anual de suas atividades. Outras escreveram um texto específico, onde tentam teorizar sua experiência.

Eis, a seguir, os textos de reflexão e teorização da construção e acesso às políticas, a partir das equipes de ação do MOC.

1. Refletindo a construção da política de comunicação

No campo da comunicação, a construção de políticas públicas para a democratização da comunicação, o fortalecimento da comunicação comunitária, o estabelecimento de mecanismos de controle social dos veículos de comunicação, entre outros, ainda não passou do seu estágio inicial. A legislação que rege o setor remonta a época da ditadura militar, e mecanismos de controle social como os conselhos ainda não foram efetivados.

Quando se fala em políticas públicas de comunicação o desafio é ainda maior por se tratar de um direito a ser reconhecido. Não existe uma consciência por parte da sociedade em relação ao entendimento da comunicação como um direito e do caráter público em relação à comunicação. Existe uma dificuldade em monitorar as ações de

comunicação no Brasil, exemplo disto foi a criação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional. Previsto na Constituição Federal, no artigo 224, o conselho foi instalado em 2002 e tinha como um dos objetivos regular e fiscalizar o setor, fazendo-se cumprir o Capítulo V da Constituição que trata dos direitos e deveres dos meios de comunicação social. No entanto, o Conselho foi transformado em um órgão sem autonomia, onde a participação da sociedade civil foi enfraquecida, prevalecendo os interesses das grandes empresas de comunicação. Em novembro de 2006, o Conselho foi desativado.

O não reconhecimento da comunicação como um direito e a falta de debate para construção de políticas públicas na área da comunicação, contribuíram para o uso da comunicação como moeda de troca na barganha política nos anos noventa. Anterior à Constituição Federal, o Presidente da República tinha o poder absoluto em decidir sobre as concessões. A partir de 1988, mesmo com a promulgação da Constituição, as concessões de rádio e televisão continuaram sendo tratadas como moeda política, tendo políticos ou partidos políticos a frente de grandes empresas de comunicação, monopolizando o debate sobre temas relevantes, impossibilitando que a população exerça o direito à comunicação que vai além da liberdade de expressão. Frente a essa realidade, os sujeitos envolvidos na comunicação se sentiam distantes da elaboração, sem poder de intervenção efetiva no controle das políticas públicas.

No MOC, o trabalho com rádios comunitárias como uma vertente da democratização, levou a entidade a perceber a necessidade de trabalhar junto a este público (comunicadores) o debate sobre proposição e acesso às políticas públicas. Boa parte dos entraves que surgiram no desenvolvimento das rádios comunitárias se originavam nos limites impostos pela legislação federal de rádio comunitária. O MOC, através do Programa de Comunicação, busca desenvolver suas ações em espaços de debates políticos, provocando a reflexão sobre as possibilidades e limites de intervenção dos cidadãos e dos grupos nas políticas de comunicação. Esta temática começou a ser pautada no âmbito dos Seminários Regionais de Comunicação. Outra forma de

organização política encontrada foi o Comitê Regional de Democratização da Comunicação, filiado ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Criado em 2007, o comitê é resultado do amadurecimento do debate sobre as políticas públicas de comunicação, que reúne nove entidades regionais, representantes de agricultores familiares, mulheres, jovens, estudantes, comunicadores, dentre outros.

Em 2008, a estratégia principal do Programa de Comunicação do MOC foi articular, junto ao Comitê pela Democratização da Comunicação da Região Sisaleira, um Seminário Regional com a participação de mais de 100 representantes dos mais diversos grupos e organizações dos Territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe. O resultado foi a *Carta de Coité* com uma série de propostas de políticas públicas para a democratização da comunicação. No processo de preparação da I Conferência de Comunicação social da Bahia, em 2008, a Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território do Sisal (Abraço Sisal) teve um papel destacado, expressando como única representação do interior os interesses do povo do semiárido. Lideranças da Abraço Sisal e Abraço Bahia fizeram parte do Grupo de Trabalho oficial que preparou as plenárias territoriais e estadual da Conferência.

Ao menos nessa fase preparatória da Conferência, as entidades integrantes do Comitê tornaram-se interlocutores do Governo nos debates e proposições de políticas e ações de comunicação. A participação do público assessorado e mobilizado pelo MOC culminou na plenária territorial de Feira de Santana, com mais de 200 representantes dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe compondo a maioria do público de aproximadamente 400 pessoas.

Em 2009, com a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação, representantes da Abraço Sisal e do Comitê Regional de Democratização da Comunicação integraram a comissão pró-conferência baiana, responsável por acompanhar o processo de comunicação nacional na Bahia. Em setembro de 2009 o público acompanhado pelo programa participou da Conferência Livre de Comunicação, realizada em Salvador, dando a contribuição da Região Sisaleira na formulação de propostas

que foram defendidas na etapa estadual da conferência que aconteceu no mês de novembro na cidade de Salvador.

Todo este esforço de mobilização dos atores da Região Sisaleira em torno do debate sobre políticas públicas de comunicação, fez com que a região garantisse a presença na I Conferência Nacional de Comunicação através da eleição de dois delegados.

O desafio agora é priorizar algumas das propostas e fazer com que a sociedade civil não seja mais uma vez enfraquecida diante do poder das grandes empresas de comunicação.

2. Políticas públicas e os direitos de crianças e adolescentes

Passadas duas décadas da promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), um grande desafio ainda persiste na realidade, não apenas dos municípios acompanhados pelo MOC, mas sim de todo o país: efetivar os direitos de crianças e adolescentes.

Sob uma perspectiva sócio-jurídica, falar em direitos legalmente garantidos não é o mesmo do que falar em direitos efetivados. Para além da normatividade da lei, se faz necessário vislumbrar a sua eficácia social, a sua capacidade de incidência concreta na vida dos indivíduos.

No que se refere à criança e ao adolescente, a distância existente entre garantia e efetividade somente será transposta a partir da construção de políticas públicas setoriais e universais, nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), conjugadas com o rompimento de uma cultura “menorista” ainda predominante no seio da família, da sociedade e do estado brasileiro. Vale destacar que esta ruptura já foi operada no campo jurídico com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É fundamental que a construção dessas políticas tenha como foco central, não apenas a criança e o adolescente, mas também a sua família, uma vez que os primeiros não podem ser concebidos de modo

dissociado de sua família, da sua realidade sócio-cultural e de todo o contexto de sua vida. O fortalecimento do direito à convivência familiar é o primeiro passo para conquista dos direitos básicos.

No processo de elaboração e execução de políticas públicas voltadas ao público infante-juvenil também é imprescindível a participação da sociedade civil organizada através de intervenções no ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), conselhos, fóruns, conferências, etc.

Nesse sentido, o papel do MOC, através do Programa Criança e Adolescente (PCA), é atuar como agente dinamizador das políticas públicas da sua região de atuação, mediante o processo de sensibilização, capacitação e estímulo à organização social.

3. Mulheres percorrendo as trilhas da cidadania

A ação do MOC com a dimensão de gênero tem buscado ao longo da sua trajetória o empoderamento sócio-político-econômico das mulheres trabalhadoras rurais, para que essas possam ter igualdade de oportunidades na participação social, intervindo na construção de políticas públicas e no acesso aos direitos.

A insistente luta por um Sertão Justo e por um mundo melhor, tem movido as mulheres na construção e acesso aos direitos. Essa luta se fortalece com a participação nos diferentes espaços de poder e decisão, na proposição e negociação de demandas de inclusão social com os mais diferentes órgãos da sociedade civil organizada e setores do governo, na perspectiva da autonomia das mulheres, de uma melhor qualidade de vida para elas, suas famílias e comunidade.

A auto-organização das mulheres e suas participações em diferentes espaços políticos lhes configuram como sujeitos sociais de direitos, e, tem ajudado na visualização de novos caminhos e possibilidades de também contribuírem com as tomadas de decisões que respingam sobre suas vidas e de suas famílias.

Entretanto, o contexto das mulheres, traz consigo uma herança de pouca participação social e incipiente acesso às políticas públicas, que por sua vez não dá conta de atender suas demandas específicas. Um dos fatores que tem contribuído para essa realidade, além da vontade política de gestores em não programar políticas de equidade de gênero, era o desconhecimento das mulheres acerca dos seus direitos e das políticas do governo que os assegura enquanto direitos.

Com o processo de mobilização, sensibilização e formação das mulheres acerca das políticas e das estradas para acessá-las, os caminhos foram se abrindo e as mulheres foram percorrendo as trilhas da cidadania. As intervenções das mulheres trabalhadoras rurais foram se intensificando nos espaços locais, territoriais, estadual e nacional para o acesso e construção das políticas públicas de seu interesse. Essa tem sido uma luta constante das organizações de mulheres da região Semiárida da Bahia, por entender que interferir nos espaços de decisão política é mexer numa estrutura de centralização de poder onde a maioria, principalmente as mulheres ao longo de sua história não tiveram vez nem voz.

A intervenção tem se dado a partir do levantamento de demandas sociais nos vários campos das políticas setoriais, (saúde, educação, geração de renda, segurança, documentação civil) na formulação e apresentação de propostas de políticas afirmativas para as mulheres nas audiências públicas, paralelo a isso, elas vem mantendo um constante diálogo com o poder público local, estadual e nacional assim como na ocupação de espaços estratégicos de definição e controle social político.

De acordo com os diagnósticos aplicados pelas organizações de mulheres, pode-se constatar os seguintes resultados;

- 2.645 documentos confeccionados (RG, Carteira de Trabalho, CPF) através dos mutirões de documentação nos municípios mobilizados pelas organizações de mulheres.
- 709 mulheres inseridas nos programas de alfabetização de jovens e adultos (TOPA) na zona rural.

-685 mulheres rurais participando de palestras e freqüentando aos serviços de saúde, apesar de esses ainda não atenderem suas necessidades integralmente.

- 50 Mulheres participam de audiência pública regional e estadual para debater o enfrentamento da Violência contra as Mulheres e o cumprimento da Lei Maria da Penha.

-Elaboração e execução de 2 Planos Territoriais de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - com o apoio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

Olhando do ponto de vista quantitativo, os números de mulheres acessando e interferindo nas políticas ainda estão aquém das necessidades e desejos das organizações de mulheres, mas mostra que quando as pessoas têm as oportunidades elas avançam na caminhada por uma sociedade mais justa onde todos e todas têm direito a ter direitos. O número pode ser ainda pequeno, porém significativo, tendo em vista que esse é um processo novo para suas vidas.

Vale ressaltar, porém, que ainda são muitos os desafios que as mulheres enfrentam, principalmente na busca constante por meios para capacitar novas lideranças capazes de também interferir nos espaços, considerando que o número de mulheres atuante é insuficiente para dar conta de responder às inúmeras demandas de representações e intervenções necessárias, desafio que se amplia com a necessidade de desencadear um processo de intervenção no monitoramento e controle social das políticas públicas negociadas e contempladas nos PPAs - Plano Plurianual 2010-2013 e que devem ser inseridas na LDO e na LOA em 2010, para que sejam executadas, além das precisões e possibilidades de emendas parlamentares.

A partir de iniciativas de apoio aos movimentos e organizações femininas, as mulheres deixam de ser meras espectadoras passivas e passam para a posição de protagonistas e sujeitos de direito capazes de modificar a sua realidade. Portanto, entendemos que a assessoria do MOC para as organizações femininas tem sido de grande valia para o fortalecimento da luta dessas mulheres rurais por melhores condições de vida, fomentando suas participações nos espaços políticos de

elaboração, definição e controle social do conjunto de ações que podem tornar esse mundo um lugar melhor onde todas/os possam viver com dignidade, sendo essa estrada considerada viável e necessária para a construção de uma nova realidade social e econômica.

Para fazer valer a democracia participativa que a Constituição brasileira de 1988 prevê, não basta sua prescrição na lei, é preciso que cada cidadão e cada cidadã ocupem os espaços legítimos de participação democrática para o efetivo e verdadeiro exercício da cidadania. E, Para as mulheres **“essa luta não é fácil, mas precisa acontecer”**.

RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELOS PROGRAMAS NO ANO DE 2009

PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Em 2009, o MOC continua suas ações através do Programa Água e Segurança Alimentar, na construção de uma política de semiárido voltada para a sustentabilidade ambiental, a convivência com o semiárido e a segurança alimentar. O MOC integra a



Articulação no SemiÁrido Brasileiro (ASA Brasil) juntamente com outras

instituições da sociedade civil, busca intervir nas políticas para que elas deixem marca de combate à seca e se insiram na perspectiva de convivência com o semiárido. Especificamente no campo das águas, o combate à seca se centra na concentração das águas, enquanto a convivência com o semiárido na sua partilha. Gradualmente, o MOC e suas parcerias vem consolidando a afirmativa de que viver e conviver nos sertão é viável basta que sejam dirigidas políticas adequadas. As alternativas de captação da água da chuva vêm sendo ampliadas e as ações acontecem de maneira permanente gerando uma ruptura no monopólio dos recursos hídricos.

Para o desenvolvimento pleno do ser humano os direitos básicos à vida devem ser respeitados, promovidos, e exigidos. Entendemos, assim, que para se viver dignamente é necessário garantir que a água, a saúde, a alimentação saudável sejam assegurados. Por isso o MOC, em parceria com as entidades que constituem as Comissões Municipais de Água, assim como as Comissões Regionais, lutam para que as pessoas e comunidades possam ter o acesso às políticas de água para consumo humano e produção.

Neste campo, as negociações feitas pela ASA Brasil com o Governo Federal, especificadamente, com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e pela ASA Bahia com o Governo Estadual por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza (SEDES) possibilitou a algumas famílias o acesso à água de qualidade para beber, cozinhar, produzir e alimentar os animais. Ainda com cooperações internacionais mantivemos a parceria com a Pão Para o Mundo (PPM) e iniciamos uma parceria com a Alter Brasil.

É esta caminhada, com ênfase na construção e acesso a políticas, que queremos relatar a seguir.

ACESSO A POLÍTICA DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO



Muito se fala de seca e se atribui a ela, enquanto fenômeno natural, todos os problemas que assolam o semiárido brasileiro. Sabe-se, no entanto, que se a seca e a escassez de água são fenômenos naturais, os efeitos maléficos deste problema, marginalizando milhões de pessoas e enriquecendo algumas poucas, são conseqüências e construções político-sociais. São resultantes da ausência de políticas voltadas para a convivência com o semiárido.

Assim é transferido para o meio ambiente a responsabilidade dos governantes de prover aos sertanejos alternativas que garanta seu direito enquanto cidadão e cidadã: o de ter água potável durante todo o período de estiagem. Essa inviabilidade creditada à natureza fundamenta a ideologia política que há anos vem sendo implantada na região semiárida cerceando a democratização da água.

O MOC, juntamente com a ASA, não apenas na Bahia, mas em todo o Nordeste, acredita que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e, principalmente, uma política baseada nos princípios da equidade de gênero, justiça social, dignidade, valorizando sempre o conhecimento, a cultura do povo que ali habita. Ou seja: busca construir políticas, propondo, negociando, reivindicando e almeja que as pessoas possam acessar as políticas construídas. Assim é que o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o SemiÁrido: Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) tem como objetivo geral contribuir, através de um processo educativo, para a transformação social, visando a preservação, o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do Semiárido. Através do P1MC estamos conseguindo alcançar agricultores e agricultoras familiares que residem isolados e disputam diariamente um pouco de água poluída com os animais da região.

Estamos construindo um sertão digno com a participação das Comissões Executivas Municipais compostas por Igrejas Católicas e Evangélicas, STR's, APAEB's, Associações Comunitárias, MMTR, entre outras organizações. Garantir que os agricultores e agricultoras rurais

tenham acesso a água de qualidade para o consumo humano não está ligado somente ao fato de captar água da chuva que cai dos telhados das casas em cisternas, mas em mobilizar, formar e informar as famílias quanto a organização, o fortalecimento das bases em defesa dos seus direitos, a partir do momento que o programa é apresentado, a comunidade passa também a fazer parte integrante da gestão coletiva do conhecimento e da implementação do programa. A comunidade percebe que o trabalho realizado é diferenciado porque em nenhum momento há tentativas de cabrestos, coronelismo. As iniciativas estão respaldadas na construção da autonomia, da independência política, da conquista do direito, dialogando para despertar a emancipação política e cidadã.

Neste sentido, em 2009, atuamos em um total de 17 municípios dos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe, Portal do Sertão, Piemonte Norte do Itapicuru e Piemonte da Diamantina. Construimos 2.166 cisternas de placas com capacidade de armazenar 16.000 litros de água para o consumo humano, suficiente para abastecer uma família de cinco pessoas durante o período médio de oito meses de estiagem nos seguintes municípios: Água Fria, Andorinha, Antônio Gonçalves, Cansação, Feira de Santana, Itiúba, São Domingos, Serra Preta, Mirangaba, Nordestina, Teofilândia, Tucano, Queimadas, Quijingue, Ponto Novo, Mirangaba, Ouroilândia.

Atingiu-se, assim, cerca de 10.830 pessoas. Vale a pena destacar que, destas, 34 cisternas foram construídas no assentamento rural Menino Jesus no município de Água Fria. Durante o período médio de oito anos, o MOC, vem colaborando para que aproximadamente 55.000 pessoas acessem a política pública da água.

As famílias selecionadas de acordo com os critérios do programa e em sua maioria já contempladas pelo Bolsa Família são capacitadas nos cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Somente neste ano realizamos 57 capacitações utilizando uma metodologia que valoriza o conhecimento da comunidade e a partir daí constrói novos saberes na linha de fortalecimento comunitário, convivência com o semiárido, segurança alimentar, tratamento da água, doenças de veiculação hídrica,

saneamento básico. Em parceria com a Action Aid, por intermédio do Projeto Parceiros por um Sertão Justo realizamos **8 recapacitações de Gerenciamento de Recursos Hídricos em 3 municípios perfazendo um total de 200 famílias** que foram contempladas com a cisterna há mais de três anos, tendo como objetivo acompanhar o impacto da cisterna e relembrar conceitos que visam melhorar a qualidade de vida.

Na perspectiva de ampliar o alcance do programa e a qualidade do acesso das famílias às políticas realizamos, em interface com o Programa de Juventude, uma oficina de capacitação com os jovens do coletivo e do Projeto Prosperar com a intenção de capacitá-los para que possam no ano de 2010 serem facilitadores dos cursos de capacitação de GRH. Desta atividade participaram **35 jovens**, o desafio inicial foi de mobilizar a juventude, organizar o evento, e, sem dúvida acreditar no potencial de cada um que ali esteve presente. O resultado foi surpreendente, porque os jovens que ali estiveram têm o conhecimento atrelado a experiência do campo, pois, vivem ou viveram a realidade da falta de água. Traçamos o perfil do bom facilitador, agora, em 2010 o passo seguinte será a seleção de uma média de 10 jovens que se enquadram melhor no perfil traçado.

Investimos, a partir de parceria com a SEDES (Governo do Estado) na capacitação de 405 agentes comunitários de saúde em 18 municípios do Território do Sisal, Bacia do Jacuípe, Piemonte Norte do Itapicuru e Piemonte da Diamantina, sendo: Andorinha, Antonio Gonçalves, Araci, Caldeirão Grande, Conceição do Coité, Filadélfia, Mirangaba, Ouroândia, Pé de Serra, Pindobaçu, Ponto Novo, Queimadas, Riachão do Jacuípe, Saúde, Serrinha, Tucano, Umburanas, Várzea Nova, a proposta desta parceria é que os agentes comunitários de saúde possam monitorar e orientar as famílias no cuidado com a cisterna e tratamento da água de chuva de forma contínua e permanente. Trata-se de interessante interface de ação política entre secretarias e movimentos sociais, assim como com a sociedade civil organizada, na perspectiva de qualificar as políticas e o acesso das mesmas pelas pessoas.

Assim como em anos anteriores, 2009, foi marcado por dificuldades de renovação de convênio com os dois maiores financiadores do P1MC

(federal) e do Projeto Cisternas (estadual). Apesar dos resultados alcançados em relação ao número de cisternas construídas, famílias mobilizadas e capacitadas, a descontinuidade dos programas gera um impacto grande na vida das pessoas que depositam esperança na construção de um semiárido possível de se viver e conviver. Diante dessa situação de incertezas, o MOC, estabeleceu parceria com o Instituto Colônia Esperança fruto da credibilidade e experiência que o MOC tem na microrregião de sua atuação para construir em 6 municípios (Água Fria, Anguera, Feira de Santana, Ipecaetá, Santa Bárbara e Tanquinho) um total de 1.230 cisternas para o consumo humano bem como capacitar 40 pedreiros na técnica de construção de cisternas de placas para a primeira água.

O processo de mobilização, seleção das famílias e capacitação em GRH foi iniciada em setembro de 2009 estendendo para 2010 o processo de construção.

ACESSO A POLÍTICA DE ÁGUA PARA PRODUÇÃO

Ressaltamos que outro desafio para as comunidades e as pessoas da agricultura familiar na perspectiva de uma vida de qualidade no semiárido é o acesso a água para a produção. Neste campo construímos 140 cisternas de enxurrada nos municípios de Queimadas, Cansanção e Itiúba e 01 cisterna calçadão no município de Conceição do Coité. Após a construção os agricultores e agricultoras rurais recebem a capacitação para utilização do equipamento na perspectiva de planejar o plantio em sua propriedade. Essa ação é uma interface com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Além da produção temos agricultores que optaram somente em utilizar a água captada para preparar e estocar a ração dos animais e dessedentação. Assim, aumentam a criação de animais de pequeno porte, gerando também



Através da captação de água, agricultores estão aumentando a renda e a criação de animais

renda familiar. Através do acesso da segunda água, o MOC vem consolidando a política da segurança alimentar e da segurança hídrica.

Apesar do avanço, a tecnologia social que viabiliza a água para produção também enfrenta seus gargalos no decorrer da estrada. Uma delas é a falta da terra em quantidade suficiente para que os agricultores e agricultoras familiares possam implementar e implantar em sua propriedade a cisterna de produção. Nesse contexto, nos deparamos em mais um embate político e histórico, de domínio de poder: a concentração de terras. O censo mais recente realizado pelo IBGE comprova que houve um aumento significativo dos grandes latifundiários. Diante do exposto, a ASA, o MOC, a sociedade civil organizada dotados de direitos precisam refletir seu papel frente a essa problemática, pois, água e terra caminham de mãos dadas na política da convivência com o Semiárido. O problema é gigantesco, mas, com o poder mobilizador que temos nas mãos podemos continuar semeando esperança rumo à transformação social.

É importante sublinhar que capacitamos 30 pedreiros na técnica de construção de cisterna para produção. Os pedreiros envolvidos são agricultores rurais que tem, assim, sua renda acrescida e podem prestar um serviço à comunidade. A maioria passa ou já passou pela dificuldade do acesso a água para plantar ou matar a sede dos animais. Então, o primeiro passo é sensibilizá-los quanto à importância do projeto para a vida das famílias que serão contempladas mostrando que o equipamento resultará em meio de gerar renda, trazendo a subsistência familiar, assegurando que a alimentação seja saudável, orgânica, em quantidade e qualidade suficiente como propõe a política de segurança alimentar. Para nós, o desafio é ampliar o número de formações para pedreiros uma vez que o número de cisternas para produção tem sido em escalas maiores e regulares.

Para intensificar e fortalecer a interface entre os dois programas avaliamos que em 2010 é necessário retomar os monitoramentos de planejamento e avaliação das ações, estreitar o debate desde a escolha da comunidade até a assistência técnica entre os técnicos do PASA e PFAF e a Comissão Executiva Municipal, pois identificamos que nos

municípios onde essa ação faz parte da rotina o processo tende a fluir com mais qualidade.

Comissões Executivas Municipais sensibilizadas quanto a interferência de Políticas Públicas Municipais de Água

Em 2009, investimos também na capacitação de Políticas Públicas, especialmente, no Ciclo Orçamentário para as Comissões Executivas Municipais uma vez que foi o ano de elaboração do Plano Plurianual Municipal. Sabemos que para avançar na intervenção municipal, o MOC/PASA precisa investir na assessoria direta das CEM's. Como efeito demonstrativo resolvemos investir no município de Serrinha.

Depois de uma série de sensibilizações inclusive em interface com o Programa de Gênero, no campo de como acessar as políticas públicas de água no âmbito municipal, a CEM elaborou proposta de construção de cisterna para o consumo humano e a mesma foi aprovada no orçamento municipal.

O ano foi promissor porque através da assessoria do MOC, a APAEB de Serrinha, entidade que compõe a Comissão Microrregional e Municipal de Água concorreu ao edital de seleção, obteve aprovação e hoje é Unidade Gestora Territorial do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)

Em 2010 nos cabe continuar assessorando a comissão para assegurar que o recurso seja aplicado de forma a implementar as cisternas de consumo humano. Reconhecemos que o apoio econômico e político não pode ser apenas da esfera federal e estadual. Os municípios precisam assumir também a responsabilidade. Por isso, como forma de superação encaminhamos na avaliação institucional focar no projeto Parceiros por um Sertão Justo a questão de Políticas Públicas de Água desde a capacitação e apoio as comissões municipais na intervenção/construção/monitoramento das Políticas Públicas de Água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos o ano de 2009 com incertezas diante do processo de negociação e renovação dos novos termos de parceria entre ASA e Governo Federal e ASA Bahia e Governo Estadual, sinal evidente de que aqueles que não querem que as ações se realizem com a sociedade civil e se opõem a determinadas ações que se dirigem aos mais pobres, se revestem de burocracia e conseguem impedi-las.

Convictos estamos, no entanto, de que o semiárido não é mais o mesmo depois que os sujeitos de direitos passaram a visualizar a cisterna como forma de libertação da opressão. Paulatinamente, ocorre a compreensão de que a água é um direito básico à vida humana e como tal não pode ser vendida e nem negada. As comunidades assessoradas também travam a luta da continuidade da política pública hídrica, pois, abraçaram as alternativas que vem democratizando e universalizando o direito a ter água boa e de qualidade para o consumo humano e produção. A cisterna traz consigo esperança, autonomia política, organização da comunidade, justiça social, recupera a auto estima, gera renda, possibilita a equidade de gênero. Esses elementos são imprescindíveis porque nos motiva a continuar fortalecendo as comissões regionais, municipais e comunitárias, a mulher, o homem, o jovem, o idoso, para que busquem assegurar o acesso a água. A Política Nacional de Recursos Hídricos legitima que a água é um bem de domínio público e que as gerações atuais e futuras devem dispor da água em padrões de qualidade adequados.

- * 1.716 cisternas construídas em 2009.
- * Mais de 60.000 pessoas acessam água de qualidade para beber e cozinhar.
- * 57 cursos de Gerenciamento de Recursos Hídricos realizados.
- * 35 jovens capacitados para serem futuros facilitadores de GRH.
- * 196 agentes comunitários de saúde capacitados.
- * 40 cisternas para produção construídas.
- * 30 pedreiros capacitados na técnica de construção de cisterna para produção.

O MOC vem traçando esse caminho e, apesar das dúvidas para o ano de 2010, a certeza é de que temos nas mãos o poder da mobilização fruto do trabalho pautado na valorização do conhecimento e da participação coletiva. Os resultados positivos também podemos perceber no rosto e no sorriso de cada família que conquistou seu direito a água.

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O desafio é a acessibilidade dos agricultores familiares às políticas públicas

O ano de 2009 ficará conhecido no Brasil como um dos mais importantes na consolidação das políticas públicas para a



agricultura familiar. Entretanto, o reatamento prático delas, de forma equilibrada, nas várias regiões, estados e municípios do país, ainda estará por ser superado. Ficarà conhecido, de um lado, em função do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) estar chegando ao seu limite operacional ao alcançar a marca dos R\$ 15 bilhões de crédito rural disponibilizados pelo governo federal por ano safra e, de outro lado, pelo firmamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que tem favorecido a comercialização dos produtos da agricultura familiar com as compras governamentais, acrescido ainda pela edição de importantes leis como a que regulamentou a obrigatoriedade da alimentação escolar conter no mínimo 30% de produtos da agricultura familiar e a da assistência técnica rural que viabilizará o atendimento sistemático para mais de 2,0 milhões de agricultores familiares no Brasil a partir de uma expressiva parceria do governo federal com os governos estaduais, municipais e uma grande rede nacional de mais de 1.000 organizações da sociedade civil que já prestam estes serviços em pequena escala e, que poderão, com a nova lei, serem potencializadas para atender um número bem maior de famílias.

Ficarà também conhecido porque foi o primeiro ano que se iniciou, com base nas informações colhidas no ano de 2006, a divulgação do censo agropecuário feito pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), destacando a agricultura familiar no contexto da agropecuária

brasileira. Pelo novo censo, foi possível revelar oficialmente que a agricultura familiar no Brasil responde por 84,4% de todos os estabelecimentos agropecuários e que mesmo com uma área média de 18,37 hectares e deter 24,3% da área total, garante à mesa dos brasileiros 88% da mandioca, 68% do feijão e 56% do leite. No recorte da Bahia, o censo agropecuário identificou que o número de estabelecimentos familiares continua sendo o mais expressivo entre os estados brasileiros alcançando 665.831 propriedades, correspondente a 15,2% do total nacional. Revelou ainda que a eficiência deste segmento é maior que a agricultura patronal quando aponta na Bahia um Valor Bruto da Produção (VBP) médio de R\$ 375,00 por hectare/ano contra R\$ 244,00 da agricultura patronal. O abastecimento de feijão na Bahia pela agricultura familiar chega a 87%, média bem superior a mesma medida nacional. O novo censo re-significa a importância da agricultura familiar no Estado quando divulgou que a média de empregos por hectare chega a 18,9 pessoas em cada 100 hectares contra 2,3 pessoas por cada 100 hectares da agricultura patronal.

A grande questão que pousa sobre os ombros das organizações da sociedade civil brasileiras para apoiar a agricultura familiar, como é o caso do MOC, está atualmente mais na acessibilidade e no aproveitamento adequado dos programas de crédito, assistência técnica, agro-industrialização, comercialização e infra-estrutura, do que, em si, na oferta e disponibilização no “atacado” de recursos para estes programas. O “modus operandi” acaba, por conseguinte, em estratégias e arranjos locais que, se bem entendidos, analisados e constituídos, são partes da construção destas políticas públicas e as viabilizam; do contrário, estratégias e arranjos locais mal definidos e mal conduzidos acabam sem acontecer em muitos locais e, por conseguinte, mantêm-se a barreira no acesso.

Exemplificando a questão: o esforço do governo em alocar crédito rural do PRONAF nos agentes financeiros com taxas de juros subsidiadas e prazos elásticos, termina por não ter efetividade em alguns municípios brasileiros onde não se constitui um bom arranjo de compromissos entre os técnicos e instituições que elaboram os projetos técnicos e

encaminham os agricultores para contratação, os órgãos de governo que fazem a emissão dos documentos necessários aos empréstimos como a Declaração de Aptidão (DAP) e os próprios agentes financeiros locais, no sentido de desburocratizar a tramitação. Igualmente, saindo da exemplificação do crédito, o esforço do governo em disponibilizar recursos para as compras governamentais do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tende a ter pouca efetividade se localmente não houver assessoramento às organizações locais para apresentação das propostas e uma certa “engenharia” na logística de aquisição, beneficiamento e entrega da produção.

O entendimento do MOC que delineou, em grande parte, a sua atuação em 2009, foi o de se constituir estes “caminhos” locais como parte integrante da real execução das políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido. Garantir o acesso, na visão no MOC, foi, e é tão importante, quanto construir a política. Assim, as intenções ganham praticidade; as formulações ampliadas ganham contornos específicos e se aprimoram para caber nas realidades locais. Nesta direção, na dura situação do semiárido onde nem sempre existem pré-disposição, vontade e compromissos institucionais para a causa dos mais pobres, o MOC optou – como está bem marcado na sua missão – por fortalecer o cooperativismo enquanto agente financeiro e viabilizador do crédito para os agricultores e as organizações locais em rede para possibilitar a agregação de valor e a comercialização dos produtos destinados ao mercado. Evidentemente, procurando alinhar este dinamismo de acesso ao crédito e a comercialização com os princípios da agricultura sustentável em bases agroecológicas.

No primeiro caso, o do crédito, apoiou as ações das cooperativas e da ASCOOB (Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar) enquanto agremiação regional que, juntando-se ao também assistido COGEFUR (Conselho Gestor do Fundo Rotativo) aplicaram R\$ 21,2 milhões em crédito rural em 2009 na região para 6.534 famílias, alcançando também jovens e mulheres. No segundo caso, o da comercialização, os 17 empreendimentos (cooperativas de produção e associações comunitárias) que venderam produtos para o PAA em 2009,

foram apoiados com o funcionamento de uma base de serviços especializada na elaboração e apresentação de propostas ao governo, bem como na gestão regular e organização em rede, dando mais vitalidade a ARCO SERTÃO (Agência Regional de Comercialização do Sertão da Bahia).

Uma análise um pouco mais diferenciada, mas não menos importante, na construção e acesso dos agricultores familiares às políticas públicas, está relacionada a assistência técnica. Nesta via, os procedimentos metodológicos adotados pelo MOC como o controle social, a participação da rede de jovens multiplicadores, o foco na agroecologia, o aperfeiçoamento dos sistemas produtivos através do “desenho da propriedade” e da cultura do estoque e os registros periódicos dos marcos “0”, “1”, “2”, etc. serviram de referência para impulsionar outras instituições na região. Atualmente, já são 15 Instituições não governamentais que prestam serviços de assistência técnica aglomeradas na REPARTE (Rede de Assistência Técnica Parceiros da Terra) e o ano de 2009, foi particularmente importante para este grupo porque, assim como o MOC, quase todas conseguiram acessar os recursos do governo do estado da Bahia, por intermédio da Superintendência da Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura (SUAF/SEAGRI) e do governo federal, por intermédio da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), assegurando o atendimento a 25.000 famílias. A atuação em rede já tem permitido o intercâmbio permanente e a articulação para as negociações com os governos no sentido de assegurar a continuidade, sem interrupção, dos serviços para as famílias.

A agricultura familiar no semi-árido como foco da atuação reafirmada

No início do ano, logo no mês de março de 2009, o MOC reuniu as entidades parceiras e as organizações representativas da agricultura familiar para, mais uma vez, avaliar a trajetória do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PFAF) e aprimorar as estratégias de atuação. O trabalho coletivo atualizou os objetivos gerais e específicos do Programa por Subprograma como mostra o quadro

abaixo, assim como estabeleceu para eles, indicadores e a forma de monitorar os resultados:

Subprograma	Objetivo geral	Objetivos específicos /estratégicos
<p>ATER (Assistência técnica e extensão rural)</p>	<p>– Uma ATER com enfoque na agroecologia e de convivência com o semi árido, construída conjuntamente com agricultores/as familiares e organizações e propondo políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região.</p>	<p>– Fortalecer as organizações para monitorar e qualificar a ATER nos Territórios (Sisal, Jacuípe) através da REPARTE (Rede Parceiros da Terra);</p> <p>– Consolidar as propriedades como Centro de Difusão de práticas ecológicas em consonância com o Semi-Árido com foco na cultura do estoque;</p> <p>– Apoiar e assessorar os jovens experimentadores e multiplicadores nas ações agroecológicas nas propriedades e comunidades;</p> <p>– Assessorar as comunidades nos processos comunitários de transição agroecológica.</p>
<p>SAM (Acesso a Mercados)</p>	<p>– EES (Empreendimentos Econômicos Solidários) da AF organizados e inseridos nos mercados com base nos princípios da EcoSol, de um comércio justo e da agroecologia.</p>	<p>– Contribuir para o fortalecimento da ARCO Sertão e Rede de Produtoras da Bahia (RPB) e de seus filiados visando a melhoria na sua organização social, política e econômica;</p> <p>– Incentivar e capacitar os EES da AF para estruturar as cadeias produtivas com foco na agroecologia (mel, carne, mandioca, fibras, frutas nativas, leite);</p>

		<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar e apoiar os EES para a inserção dos produtos nos mercados; - Sistematizar experiências dos EES para registrar transformações e para divulgar referências.
--	--	---

A área de abrangência do Programa foi revisada para 144 comunidades rurais em 22 municípios dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe para um público prioritário de 6.000 famílias.

Assistência Técnica com controle social e ampliação dos serviços em Rede

Até o final da década passada, o MOC era praticamente a única Organização Não Governamental a prestar serviços de assistência técnica para a agricultura familiar na região com os recursos captados junto a cooperação internacional. Contudo, a partir de 2003, com a maior oferta de convênios públicos, houve um significativo crescimento deste tipo de serviço prestado por associações, cooperativas e até sindicatos de trabalhadores rurais, cabendo ao MOC, incentivar e apoiar estas iniciativas.



Em Serrinha, agricultores conquistam novos espaços de comercialização através da Feira Agroecológica

Em 2008, já se contabilizava quase 15 instituições na região realizando serviços de ATER, das quais 06 com a assessoria direta do MOC na

formulação e gestão dos projetos, através das quais, quase 15 mil famílias estavam sendo assistidas.

A atuação em Rede passou a ser estratégica para o compartilhamento de metodologias, formação conjunta das equipes técnicas e para assegurar os princípios norteadores de um tipo de assistência técnica fincada na agroecologia. A Rede de Assistência Técnica Parceiros da Terra (REPARTE) surgiu neste contexto e rapidamente se consolidou como uma nova institucionalidade que, além de procurar dar conta das atribuições acima explicitadas, passou também a ser um espaço de negociação coletiva da renovação dos convênios para que as ações tivessem continuidade, junto aos governos federal e estadual e com uma entidade belga de cooperação: o DISOP.

REPARTE em 2009, enquanto rede regional passou a ter reconhecimento e visibilidade nacional ao participar dos principais debates da ATER pública (governamental e não governamental) e ao obter para as suas filiadas – não obstante a tradição de algumas, a exemplo do MOC – os recursos necessários para manter os serviços de ATER sem interrupção.

Oficinas de operacionalização do crédito rural, cursos e intercâmbios de sistemas produtivos locais, encontro de Agricultores Experimentadores, seminários municipais de planejamento da assistência técnica e dias de campo sobre o manejo dos criatórios, foram, entre muitos outros, eventos promovidos pela REPARTE em 2009 que buscaram a integração e a articulação entre as instituições vinculadas.

Pela natureza de origem das instituições de ATER da REPARTE, a primazia pelo controle social foi realçado. A definição coletiva das comunidades a serem atendidas, o monitoramento conjunto dos serviços que implica na absoluta transparência da agenda de trabalho dos técnicos, a avaliação sistemática e socialização permanente dos resultados e desafios, tudo feito com a presença ativa das entidades parceiras, dão conta da concretização desta intenção.

O propósito do MOC para 2009 era de que ao menos 05 organizações dos Territórios do Sisal, da Bacia do Jacuípe e do Piemonte da

Diamantina (CEAIC, APAEB–Araci, CSJD, COFASPI e APAEB–Serrinha) fossem fortalecidas e filiadas à REPARTE, tendo seus planos de ação e intervenção de ATER realizados com base na agroecologia e isto foi plenamente alcançado. Esperava-se também que 07 Sindicatos de Trabalhadores Rurais debatessem em seus espaços internos (reuniões, assembléias, rádios, etc.) temáticas agroecológicas, mas isto só ocorreu, de fato, em 04 deles.

No mesmo propósito de Rede, porém saltando da escala local para a nacional, o MOC continuou em 2009, a integrar a REDE ATER NORDESTE, participando de eventos de formação dos técnicos, monitoramento dos projetos financiados pelo governo federal e discussões da Lei de ATER aprovada no final do ano pelo Congresso Nacional.

A difusão do conhecimento agroecológico “de agricultor para agricultor”

A principal ferramenta metodológica utilizada pelo Subprograma de ATER em 2009 que tem proporcionado uma dinâmica mais coesa no trabalho de disseminação das tecnologias de convivência com o semi-árido foram os intercâmbios entre agricultores e agricultoras. Esta prática tem viabilizado a troca de saberes entre as famílias com bem maior possibilidade de reaplicação



Intercâmbios entre agricultores contribuem com a troca de saberes

do que está sendo visualizado nas visitas, protagonizadas pelos próprios agricultores, com o seu jeito próprio de demonstrar e se expressar. Esta via, pelo destaque alcançado, fez surgir 04 novos centros de difusão da agroecologia na região este ano, que são, na prática, propriedades rurais mais bem preparadas e com adensamento de tecnologias a serem difundidas para as famílias. A consolidação destas propriedades e destes “agricultores difusores” foram também registrados no portal www.agroecologiaemrede.org.br da internet

permitindo a ampliação da visitação virtual para muitas outras pessoas e instituições. Nestes 04 centros difusores

Outra ferramenta de difusão das práticas agroecológicas tem sido a sistematização destas experiências. Nesta ação, os registros dos casos exitosos foram realizados com a participação ativa e valorização do conhecimento dos/as agricultores/as, a partir da sua memória e história de vida. Este caminho metodológico vem contribuindo com a apropriação e a reflexão crítica das próprias famílias promotoras das experiências, além de promover maior participação das mulheres e dos jovens rurais.

Desta forma, práticas como os reservatórios de água para consumo humano e para a produção, a estocagem de alimentos também para a família e para os animais, a sinergia produtiva das lavouras com a pecuária e as práticas de segurança alimentar e nutricional predominaram nos 21 intercâmbios promovidos envolvendo 622 agricultores e agricultoras. Em alguns municípios como Serrinha e Araci, no entanto, o enfoque dado foi o resgate das sementes crioulas em contraposição às sementes comerciais que comprometem a biodiversidade. Por conta desta destacada atuação, as entidades parceiras do MOC se motivaram a realizar o diagnóstico de sementes crioulas do Território do Sisal, fato que, de começo, resultou, por iniciativa das organizações dos agricultores, no provimento de recursos no orçamento municipal da Prefeitura de Serrinha para a formação de 10 bancos de sementes comunitários dentro desta lógica de recuperação e valorização das sementes locais.

Além dos 4 centros de difusão de tecnologias já consolidados com locais adequados para a realização dos intercâmbios, outros 25 estão se firmando para os próximos anos.

Jovens do campo experimentam e multiplicam as tecnologias de produção

A busca de envolvimento da juventude rural nas atividades de assistência técnica do MOC foi iniciada em 2003 com a implantação da

terceira edição do “Projeto Prosperar” executado em parceria com o governo do estado da Bahia que previu a ação dos jovens multiplicadores de ATER. Passados 06 anos, pode-se contabilizar que mais de 400 jovens foram incentivados a participar, seja diretamente como agentes difusores de tecnologias sem que tenham tido a oportunidade de desenvolvê-las nas propriedades das suas famílias, sejam como experimentadores.

De forma mais intensiva em 2009, o MOC optou por acompanhar com maior dedicação 09 jovens, dentro da mesma intenção de torná-los centros de referência para os demais. Destes, 09 acessaram crédito e 05 fornecem produtos ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) do governo federal. A renda destes jovens, bem melhor apurada e pedagogicamente difundida, aumentou em 55% e trouxe a perspectiva real deles se manterem no campo na sucessão dos seus pais como agricultores.

Entre estes 400 jovens preparados em cursos de capacitação intensivos, 40 mantêm-se como multiplicadores de ATER dos projetos desenvolvidos pelo MOC, cada um atuando, em média, em duas comunidades rurais, 18 já foram contratados para esta mesma atividade pelas Prefeituras Municipais de Tucano, Barrocas e Ichú e outros 16 estão para serem absorvidos pela Prefeituras de Serrinha e Araci. Quase 20 deles seguiram animados e fizeram ou estão fazendo cursos regulares e oficiais para tornarem-se técnicos em agropecuária e mais de 10 passaram a integrar as diretorias de Associações Municipais, Cooperativas e Sindicatos.

Empreendimentos Econômicos Solidários se projetam e são reconhecidos

No ano de 2009, o Subprograma de Acesso a Mercados (SAM), priorizou o acompanhamento técnico sistemático à Agência Regional de Comercialização da Bahia (Arco Sertão) e a Rede de



Produtoras da Bahia (RPB) e seus/suas respectivos/as filiados/as, sejam grupos formais em associações e cooperativas ou não formais, enquanto Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) da região.

Decorrente da notória atuação no segmento da comercialização de produtos da agricultura familiar, a Arco Sertão passou a integrar a Coordenação do Fórum Estadual e Nacional de Economia Solidária, a Câmara Técnica Estadual de Comercialização e o Comitê Estadual do Selo da Agricultura Familiar, além dos seus dirigentes terem sido convidados a participar das diretorias da UNICAFES (União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), CODES Sisal (Conselho de Desenvolvimento Rural do Território do Sisal) e do CODES Bacia do Jacuípe. A RPB, por sua vez, passou a fazer parte do Comitê Gestor Ampliado do Programa Organização Produtiva das Mulheres Rurais¹, do Fórum Estadual de Economia Solidária, do Fórum de Mulheres da Região Semiárida, do CODES Sisal, da Secretaria de Mulheres da UNICAFES e Rede de Mulheres do Nordeste.

Com relação de causa e efeito, a maior visibilidade destas instituições podem ser traduzidas com a implantação e manutenção dos sítios na internet www.arcosertao.org.br e www.riquezasdosertao.com.br e de algumas peças de comunicação como o catálogo de produtos (ARCO) e do novo folder institucional (RPB). Estas organizações e suas filiadas estiveram também presentes nas mais importantes feiras nacionais do setor em 2009, como a FENAGRO na Bahia e a FENAFRA no Rio de Janeiro.

Dinamização das principais cadeias produtivas locais ficaram no centro da atuação

Ao eleger desde 2007, as cadeias produtivas do mel, da caprino-ovinocultura, das frutas nativas, da mandioca e das fibras naturais como prioritárias, o MOC, em conjunção com as organizações integrantes da ARCO SERTÃO e da RPB, procuraram fomentar processos de valorização destes produtos e inserção dos grupos nos mercados a eles

¹ Este comitê é constituído por Redes Regionais e Nacional que representam grupos de mulheres produtoras e pelo Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Pesca, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Meio Ambiente, além da Companhia Nacional de Abastecimento.

relacionados, merecendo destaque em 2009, as seguintes ações por cadeia produtiva:

- a) Apicultura e meliponicultura: a Cooperativa dos Apicultores e Meliponicultores do Semi-Árido do Estado da Bahia (COOAMEL), filiada a ARCO SERTÃO, foi fortalecida com a elaboração e negociação do Plano Territorial de Apicultura que prevê a ampliação de 610 para 1.200 apicultores filiados, de uma produção média de 18 kg de mel/colméia/ano para 30 e de 14



Destaque na produção de mel, município de Quijingue realiza 1 Torneio do Mel de Abelha Mandaçaia

para 30 caixas de produção por apicultor, para os próximos 5 anos. Para isto, o Plano preconiza a implantação de 12 novas casas de beneficiamento do mel e de 02 entrepostos de embalagem, além de eventos de formação, assistência técnica com Agentes de Apicultura e abertura de mercados. Para o financiamento das ações do Plano, importantes instituições como o SEBRAE (Serviços Brasileiro de Apoio às Microempresas) e a SUAF (Superintendência de Agricultura Familiar do governo da Bahia) comprometeram-se com as proposições, estando inclusive muitas delas já em andamento. Vale sublinhar nesta cadeia produtiva, a parceria da COAMEL com a Rede de Produtoras da Bahia com o envolvimento de 06 EES formados por mulheres, englobando 90 mulheres iniciando a atividade na meliponicultura em 03 municípios com a criação das abelhas nativas sem ferrão realizando o repovoamento desses animais ao seu habitat natural

- b) Caprino-ovinocultura: as ações para esta cadeia produtiva ocorreram em parceria com o SEBRAE com a formação do Comitê Regional da Caprinovinocultura representados pelas entidades representativas dos agricultores dos Territórios do Sisal e da Bacia do Jacuípe, por onde foram realizadas oficinas, seminários, reuniões, visitas, festival gastronômico, audiências públicas e

intercâmbios com os/as agricultores/as, representantes da sociedade civil e do poder público para a viabilização da produção e da comercialização dos animais. Foram mapeadas as comunidades e formados os núcleos de produção nos municípios para abastecer o frigorífico da COOAPI² no município de Pintadas, que recebe os animais das organizações da Bacia do Jacuípe que realiza o abate e beneficiamento da carne, sendo inspecionada e certificada, conforme preceitua a legislação sanitária nacional para escoamento no mercado. Assim como no caso da Apicultura, está também sendo concluído o Plano de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Caprino-ovinocultura dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe, por onde já se prevê a construção de mais 03 abatedouros (Barrocas e Itiúba em fase de construção e Santa Luz em negociação) e 03 laticínios para o beneficiamento e a comercialização do leite caprino. No financiamento do Plano, estão envolvidos 06 ministérios do governo federal que já participaram de 03 oficinas no Território do Sisal, nas quais está se projetando um financiamento não reembolsável de R\$ 12 milhões de reais pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para fortalecer esta cadeia produtiva.

- c) Frutas nativas: em 2009, foram mapeados 10 EES que utilizam os frutos nativos para a produção e comercialização de polpas e doces. Através da parceria com o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), os participantes dos EES foram capacitados e ampliaram o conhecimento em torno da higienização/manipulação para o processamento destas frutas nativas e a diversificação da produção. Com espaço inadequado para a produção, as entidades organizativas dos EES – Arco Sertão e RPB vêm negociando com o Governo Estadual a construção de 06 unidades de beneficiamento, tendo os projetos já sido elaborados e apresentados.

² COOAPI - Cooperativa Agroindustrial de Pintadas.

- d) Mandiocultura: Com atuação iniciada no município de Conceição do Coité, foram mapeados grupos produtivos em seis outros municípios na produção de derivados da mandioca como bolos e sequilhos. Como no caso das furtas nativas, a ARCO SERTÃO buscou o apoio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FUNCEP), para a construção das unidades de produção com a infra-estrutura adequada que permitirá a inserção competitiva deste produtos nos mercado tradicional, além de viabilizar a comercialização para o PAA e para o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).
- e) Fibra e Palha: Foi realizado o mapeamento das famílias das comunidades extrativistas das palhas da caatinga que se prestam à produção de peças de artesanato, pontuado as características relevantes tais como a escolaridade, a cultura, raça, entre outros aspectos, com o objetivo de compreender e definir as adequadas metodologias para a exploração racional das plantas produtoras de fibras e palhas, em meio às necessárias práticas conservacionistas. Foram realizadas nesta intenção, oficinas sobre manejo sustentável da mata nativa e qualificação da produção, com novas técnicas de trançados e tingimento na confecção de bolsas e adereços domésticos. Estas atividades proporcionaram o incremento e a diversificação da produção, o aumento da comercialização, a valorização e, sobretudo, o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelas mulheres extrativistas, elevando a sua auto-estima.

Empreendimentos acessando os mercados tradicionais, justos, solidários e institucionais.

Na busca de mecanismos mais eficientes de comercializar os seus produtos, Arco Sertão e RPB deram continuidade na ampliação nos mercados tradicionais locais (supermercados, mercadinhos, feiras livres e encomendas), institucional (Programa de Aquisição de Alimentos -

PAA) com 12 projetos em execução e 07 propostas encaminhadas em análises e 03 contratadas e mercado justo e solidário, assim como nas participações em Feiras e eventos municipais, regionais, estaduais e nacionais. Este ano ganhou destaque especial a participação das mulheres na Feira Nacional Brasil Contemporâneo no Rio de Janeiro, no qual a RPB se fez presente no estande “Artesanatos do Brasil”, onde apresentou a tecnologia social do trabalho com o sisal, além de ter sido responsável pelo Quiosque Sabores do Sertão.

A realização da 1ª. Feira Estadual da Economia Feminista e Solidária da Bahia, na qual a RPB e o MOC fizeram parte da comissão organizadora que aconteceu em Salvador, pode considerado um marco histórico para as mulheres produtoras da Bahia, uma vez que isto foi fruto da participação da RPB no Comitê Gestor do Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais em Brasília, no qual somente o estado da Bahia conseguiu realizar esta feira no ano de 2009. Neste espaço de comercialização e divulgação dos produtos, 45 EES formados por mulheres filiados a Rede e as Cooperativas e Associações filiadas a ARCO Sertão fizeram-se presentes. O grupo “Mulheres de Fibra” teve participação especial, uma vez que na solenidade de abertura da Feira – que contou com a presença do Governador do Estado, da Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário – a CONAB assinou com o Grupo o seu Projeto do PAA e uma das suas produtoras recebeu simbolicamente da Secretaria da Fazenda do Estado o seu Bloco de Notas da Produtora Rural – SIMBAHIA para que a partir daquela data os produtos oriundos da produção familiar passassem a ser comercializados de forma oficializada e sem tributação.

Como grande conquista da Arco Sertão e RPB em 2009, as duas entidades estão participando na exposição e comercialização permanente dos produtos dos seus EES filiados/as no CESOL (Centro Público de Economia Solidária) localizado em Salvador.

Para a obtenção de capital de giro, os EES foram incentivados pelo MOC a buscar e obter financiamentos, resultado no acesso ao crédito de 02

EES junto ao COGERFUR³ e 10 junto ao Fundo Solidário gerenciado pela RPB, com recursos oriundos do Banco do Nordeste.

A RPB conseguiu manter seus dois espaços solidários, um para a comercialização direta dos produtos (loja) e o outro de prestação de serviço (fornecimento de alimentações e hospedagens).

O Subprograma de Acesso aos Mercados juntamente com a Arco Sertão e RPB avançou também em 2009, na discussão da aplicação da Lei da Alimentação Escolar que obriga que as Prefeituras comprem, ao menos, 30% dos produtos destinados a alimentação escolar, da agricultura familiar. A ação envolvendo EES, gestores públicos e conselheiros municipais de Educação e Alimentação Escolar, através de seminários e intercâmbios, resultou no empoderamento dos/as dirigentes dos EES para o acesso a política de comercialização e deu visibilidade a produção agrícola da agricultura familiar no município.

<p>ARCO Sertão e Rede de Produtoras da Bahia participando do Centro Público de Economia Solidária – CESOL em Salvador/BA expondo e comercializando os produtos dos EES filiados.</p>	<p>RPB na participação no quiosque Sabores do Sertão representando o Estado da Bahia na Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA no Rio de Janeiro.</p>
<p>EES acessando os mercados institucionais, fornecendo produtos alimentícios regionais:</p> <p>11 EES – Programa de Aquisição de alimentos.</p> <p>06 EES – Alimentação Escolar (informal)</p>	<p>Realização da 1ª. Feira Estadual da Economia Feminista e Solidária da Bahia.</p>

Inserção na abordagem territorial para o desenvolvimento rural sustentável

³ Conselho Gestor do Fundo Rotativo , constituído no ano de 2002 e gerenciados por representantes de entidades do Território do Sisal e Bacia do Jacuípe.

O MOC, como traço marcante de sua existência, vem atuando sempre na perspectiva de promoção do acesso e articulação de políticas públicas. Como uma de suas estratégias, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, em articulação com os demais programas e projetos executados pelo MOC, vem apoiando o surgimento e consolidação de institucionalidades que buscam realizar ações coletivas de planejamento, gestão e articulação visando a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Nos últimos anos, em função da dinâmica que vem sendo estabelecida na Bahia, com o processo de revelação, identificação e organização dos Territórios de Identidade e busca de reconhecimento destes como unidades de planejamento, desencadeou-se uma nova perspectiva de desenvolvimento, buscando-se a sustentabilidade, em suas diversas dimensões, e a implementação de ações que passam a estimular o desenvolvimento.

Com atuação histórica em dois Territórios específicos, denominados Bacia do Jacuípe e Sisal, o MOC vem apoiando o funcionamento de institucionalidades que buscam articular representações das instituições públicas e da sociedade civil em torno do planejamento e gestão de políticas públicas.

As ações de apoio ao desenvolvimento territorial, especialmente nesses dois territórios rurais – Sisal e Bacia do Jacuípe, o MOC, através do Sub-programa de Desenvolvimento Territorial, atuou em 2009 no apoio técnico aos Colegiados Territoriais (Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Bacia do Jacuípe e do Sisal), que envolvem representações da sociedade civil organizada e instituições públicas que integram os 33 municípios dos dois Territórios, situados no Semiárido da Bahia. Esses Colegiados Territoriais tem por finalidade implementar processos de planejamento ascendente, possibilitando, a reflexão, a análise e a proposição de ações prioritárias para a promoção do desenvolvimento, com sustentabilidade ambiental, social e econômica.

No ano de 2009, deu-se continuidade a realização de ações cujo objetivo foi qualificar o processo de planejamento e gestão de políticas públicas, implementadas pelo CODES Sisal e CODES Bacia do Jacuípe, que, aos poucos, vem fazendo surgir oportunidades referenciais de desenvolvimento autógeno desses Territórios. Assim, elementos de coesão social e territorial pré-existentes vem sendo fortalecidos através do incentivo ao planejamento, que procuram superar problemas e qualificação das demandas e soluções, convocando o poder local e a sociedade civil organizada a assumirem papéis de protagonistas das ações.

O processo de planejamento e gestão social participativa do desenvolvimento sustentável nos Territórios Rurais da Bacia do Jacuípe e Sisal vem requerendo que seus Colegiados Territoriais se fortaleçam enquanto ambiente plural e participativo. Para se ter um processo ascendente de planejamento de políticas que resultem na promoção do desenvolvimento sustentável, os diversos sujeitos com atuação neste ambiente territorial vem sendo convocados para que possam debater e apresentar propostas, levando-se em consideração as várias dimensões do desenvolvimento, que possam vir a se transformar em ações concretas de transformação da realidade.

Este ano, as ações e atividades planejadas e executadas foram marcadas pelos princípios metodológicos de caráter participativo e de gestão compartilhada. Consoante com esse propósito, o Sub-programa de Desenvolvimento Territorial promoveu e apoiou a elaboração e qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável, que visam estimular o a proposição e gestão de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. As ações realizadas em 2009 também buscaram apoiar o bom funcionamento do CODES Sisal e CODES Bacia do Jacuípe, para que estes possam, cada vez mais, ampliar a capacidade de diálogo, negociação e controle social das políticas públicas.

Em função da dinâmica estabelecida no Estado da Bahia, o MOC também desenvolveu atividades que reforçaram a dinâmica do desenvolvimento

territorial no âmbito estadual. Neste sentido, foram inúmeras atividades que envolveu representações de 26 (vinte e seis) territórios, que integram a CET – Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia. Outra ação desenvolvida diz respeito à negociação para implementação de políticas públicas sob a gestão social dos Colegiados Territoriais. Esta ação, de uma forma geral, obteve avanços mais consideráveis, fato traduzido pela ampliação das instâncias públicas, no âmbito estadual e federal, que passaram a considerar os Territórios como Unidades de Planejamento de suas políticas.

O conjunto de ações desenvolvidos com o objetivo de reforçar a adoção da abordagem territorial no processo de desenvolvimento rural sustentável pode ser resumido em três grandes grupos de ações, a saber::

- Apoio ao processo de gestão e funcionamento de Colegiados Territoriais;
- Apoio às negociações com instituições governamentais para ampliação do reconhecimento dos Territórios de Identidade e dos Colegiados Territoriais, enquanto unidades de planejamento e gestão de políticas públicas;
- Negociação e apoio à captação e aplicação de recursos financeiros de apoio a infra-estrutura e serviços nos Territórios Rurais, buscando-se o fortalecimento das economias territoriais.

Para o desenvolvimento dessas ações, foi necessária a realização de reuniões, encontros, visitas e elaboração de documentos e estudos. Estas atividades estão descritas, de forma detalhada, no quadro de atividades que integra este Relatório.

Novos e renovados desafios para apoiar os agricultores e seus empreendimentos em 2010

Numa análise crítica e enquanto balanço dos esforços empreendidos no ano de 2009, constata-se a amplitude dos desafios. A consolidação da articulação das políticas públicas e o fortalecimento dos Territórios e seus Colegiados deverão, necessariamente, permitir a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, entendido com um processo necessariamente dinâmico e multidimensional, e, portanto, articulador e conciliador de setores econômicos, atores sociais, práticas culturais e realidades ambientais diversas. Ao MOC se exigirá, na missão que lhe cabe, continuar apoiando as organizações, tanto da sociedade civil, quanto do poder público, na ampliação das capacidades de organização e de gestão sócia para o desenvolvimento sustentável.

Nas ações de assistência técnica, diversos são os desafios a serem enfrentados, dos quais merecem destaque:

- Envolver mais a FATRES nos processos de construção e monitoramento do processo de formação dos dirigentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais;
- Buscar projetos de infra-estrutura para as propriedades dos jovens para garantir sustentabilidade dos sistemas;
- Intensificar o processo de monitoramento mensal, avaliando o planejamento de cada técnico, bem como um maior acompanhamento da coordenação do subprograma nos municípios;
- Ampliar o processo de sistematização e publicação das experiências exitosas;
- Intensificar o processo de mobilização e sensibilização das mulheres;
- Interagir mais com o Subprograma de Acesso a Mercados para a qualificação dos/as agricultores/as para gestão dos espaços de comercialização, a exemplo das feiras agroecológicas e;
- Inserir os técnicos de ATER nos debates das comissões municipais de água.
- Incentivar os diretores/as para participação dos cursos de extensão buscando parceria com a UNICAFES e outras entidades na área do cooperativismo, associativismo e gestão;
- Buscar parcerias para adequação e construção de unidades de produção (beneficiamento de frutas e mandioca – sequilhos e bolos) de acordo as normas estabelecidas pela legislação sanitárias, garantindo a dispensa e a

certificação dos produtos para a ampliação da comercialização em novos mercados (PNAE, PAA, supermercados e Feiras Agroecológicas);

- Incentivar EES de artesanato de sisal e palha, para a produção em escala em vista a comercialização em novos mercados (virtuais e outros);
- Intensificar as ações em torno da estruturação da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura, visando sua organização, beneficiamento da carne e comercialização através da COOAP, COOBENCOL, COOPERGAMA, COOAFES, COOPERCRIA e Associação Bastianense, para o PAA e alimentação escolar.

São com os propósitos renovados que 2010 se desenha como um dos principais anos que fecha uma década de atuação mais intensiva do MOC junto aos agricultores familiares, aos grupos e empreendimentos econômicos solidários.

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

O Programa de
Comunicação objetiva o



processo de democratização da comunicação na região utilizando-se, para tal, de várias estratégias e centrando-se no processo de comunicação comunitária.

No campo da comunicação comunitária, o Programa atuou diretamente na assessoria à Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura (AMAC), à Associação de Rádios e TVs Comunitárias do Território do Sisal (Abraço Sisal) e ao Conselho de Desenvolvimento Territorial da Bacia do Jacuípe (Codes Jacuípe).

Além disso, o programa se preocupa com a formação de pessoas e com a veiculação de notícias para os meios de comunicação, de sorte a tornar público as ações e processos desenvolvidos no semiárido.

Eis as principais estratégias e ações:

1. Sustentabilidade e gestão: Agência Mandacaru desenvolve campanha para filiação de novos sócios

Com a Agência Mandacaru, o trabalho do Programa de Comunicação estimulou o debate sobre a gestão da entidade e a reestruturação do quadro de sócios, desenvolvendo no decorrer do ano um processo de formação de novos jovens comunicadores. No total, 16 jovens de cinco municípios do Território do Sisal, participaram de formações nas áreas de jornalismo impresso, radiofônico, de *Web*, fotografia e audiovisual. Paralelo a isto, a entidade iniciou uma campanha de filiação de novos sócios com o objetivo de ter no seu quadro de sócios a presença de comunicadores comunitários.

Com um número reduzido de integrantes dedicados ao trabalho na Agência Mandacaru, em 2009 houve uma queda na quantidade de notícias e peças de comunicação produzidas pela entidade. Além disso, a falta de quadros impossibilitou a participação da Agência em importantes espaços de debate político. Na tentativa de manter a sustentabilidade, o MOC provocou um debate sobre a economia solidária entre os jovens, na perspectiva de afirmar a entidade como empreendimento econômico solidário.

Apesar dos debates, provocações e formação dos jovens, manter a nova turma de jovens comunicadores na entidade constitui-se um grande desafio. No entanto, no segundo semestre de 2009, a Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura conseguiu captar recurso junto a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com aprovação de um projeto que tem a proposta de finalizar o documentário "Vamos roubar um boi?" e exibí-lo nas comunidades do município de Retiroândia. Neste sentido, além de ter a oportunidade de desenvolver a área de produção e edição de vídeo na instituição, o projeto garante a permanência dos jovens que integram o núcleo de audiovisual. Para os integrantes da entidade, a aprovação do projeto possibilita ainda participar mais ativamente dos debates referentes às políticas públicas de cultura.

2. Rádios Comunitárias: Apesar do reconhecimento do trabalho da Abraço Sisal, o movimento de radiodifusão comunitária ainda está desarticulado

Ainda no campo do fortalecimento institucional, o trabalho de assessoria junto a Abraço Sisal foi desenvolvido com um olhar voltado para a organização das emissoras filiadas, na busca de efetivar as políticas públicas voltadas para a comunicação comunitária na região e na qualificação técnica dos comunicadores comunitários. Em 2009, a entidade passou a funcionar no município de Retiroândia, dividindo a sede com a Agência Mandacaru, facilitando a articulação das entidades regionais no campo da democratização da comunicação e fortalecendo o debate e a cooperação.

2009 foi o ano em que a Abraço Sisal ganhou reconhecimento como referência de organização de rádios comunitárias. A entidade, durante todo o ano, focou sua atuação na elaboração, proposição e controle das políticas públicas, participando, inclusive, da comissão organizadora da Conferência Estadual de Comunicação, realizada no mês de novembro e que elegeu a presidente da Abraço Sisal como uma das delegadas que representou o Território do Sisal na I Conferência Nacional de Comunicação. Como no ano anterior, em 2009 a entidade manteve as negociações com o Governo do Estado, através das secretarias de

comunicação e cultura. No entanto, ainda não existem resultados concretos destas negociações.

No campo das capacitações dos comunicadores comunitários, ligados as emissoras filiadas a Abraço, os desafios apontados são inúmeros. As rádios comunitárias apresentam desarticulação a nível local, no campo da programação e gestão interna. Com o número de comunicadores reduzido, as emissoras não conseguiram assegurar um processo de formação continuada, dificultando o acompanhamento às entidades. A estratégia apontada é o acompanhamento *in loco* das rádios, buscando contribuir na organização e gestão das emissoras. Uma proposta é investir na metodologia do intercâmbio entre as próprias rádios, garantindo a visibilidade de suas ações e as estratégias diferenciadas como forma de sustentabilidade e sobrevivência.

3. Fortalecimento Institucional: Território Bacia do Jacuípe elabora plano de ação na área de comunicação

No debate do fortalecimento institucional, o programa desenvolveu atividades específicas com o Conselho de Desenvolvimento Territorial da Bacia do Jacuípe (Codes Bacia do Jacuípe). Após vários debates com os dirigentes do Conselho, as ações focaram na estruturação de um plano de ação de comunicação, que contribua com a disseminação de informações e valorização do debate de comunicação no território, assegurado no Plano de Desenvolvimento Territorial, através do eixo de cultura e comunicação.

Mesmo com a realização de alguns debates, percebe-se que as organizações deste território, no campo da comunicação, apresentam dificuldades quanto à sua organização. Uma ação que começa a ser desenvolvida no território é a troca de experiência com a Abraço Sisal, entidade referência neste campo. A expectativa é a criação de um espaço político onde todos os atores sociais envolvidos com esta temática possam estabelecer debates contínuos sobre o desenvolvimento territorial e a elaboração de políticas que garantam o bom funcionamento das emissoras e entidades existentes no território.

4. Democratização da Comunicação: Território do Sisal presente na I Conferência Nacional de Comunicação

No campo da construção de políticas públicas pela democratização da comunicação, o ano de 2009 esteve marcado pelo processo de preparação e realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (CONFECOM), que contou com dois delegados da Região Sisaleira.

Visando a proposição de políticas públicas que atendam às demandas

específicas de territórios rurais como o Sisal e a Bacia do Jacuípe, o Programa de Comunicação continuou assessorando e coordenando o Comitê pela Democratização da Comunicação na Região Sisaleira. A partir do mês de abril, o Comitê se reuniu mensalmente para planejar, monitorar e encaminhar ações articuladas, como a realização do 7º Seminário Regional de Comunicação, o andamento das negociações das rádios comunitárias da região com o Governo do Estado, e a aproximação entre o curso de radiojornalismo da UNEB em Conceição do Coité e os comunicadores comunitários.



Em sua sétima edição, seminário discutiu comunicação e desenvolvimento

Como novidade de 2009, a sétima edição do Seminário Regional de Comunicação aconteceu no âmbito da Semana de Comunicação do Campus XIV da UNEB em Conceição do Coité. Contou com mais de **100** participantes, entre comunicadores comunitários, estudantes de comunicação, representantes de organizações sociais e do poder público dos âmbitos municipal, regional e nacional.

No campo das políticas públicas propriamente ditas, no entanto, não foram registrados avanços. Mesmo com mais de um ano depois da 1ª Conferência Estadual de Comunicação, em agosto de 2008, ainda não foi implementada nenhuma das resoluções aprovadas. Uma questão chave diz respeito à sustentabilidade das rádios comunitárias

organizadas na Abraço Sisal, através do pleito de uma participação mínima na publicidade oficial do Governo do Estado. Apesar de uma série de audiências, visitas e contatos junto à Assessoria Geral de Comunicação (AGECOM) do governo estadual, permaneceu durante todo o ano a mesma alegação da suposta ilegalidade do investimento de verbas publicitárias públicas em veículos comunitários. Mesmo tendo facilitado informações e contatos com uma experiência bem sucedida nesse campo a nível municipal, o Comitê não conseguiu convencer à AGECOM de cumprir a promessa feita em 2008 de contemplar as rádios comunitárias dentro do bolo publicitário.

Em parte devido a essa falta de resposta do executivo estadual, mas também, devido à crescente desarticulação do movimento de rádio comunitária da região, a mobilização para a etapa preparatória da CONFECOM foi bem menos intensa em comparação com a Conferência Estadual do ano anterior. Mesmo assim, conseguiram ser pautadas as principais reivindicações e propostas do Comitê: reformulação da legislação das rádios comunitárias e criação de um fundo de financiamento da comunicação comunitária; criação de Conselhos de Comunicação, respeitando a representação territorial; e formação em Educomunicação e leitura crítica da mídia no ensino público.

5. Educomunicação: O potencial da comunicação como ferramenta pedagógica

No campo da educomunicação, duas linhas de ação foram trabalhadas no ano de 2009. A primeira foi a educação com os meios, onde os educadores e os alunos refletiram como os conteúdos são abordados pela mídia, com o objetivo de formar cidadãos mais críticos, deixando de lado a atitude de receptor passivo diante dos conteúdos veiculados. A outra linha de ação, a educação pelos meios, que consistiu na produção de peças de comunicação como jornal impresso,



Educadores apresentam o jornal-mural produzido a partir da oficina sobre a metodologia de educomunicação

jornais–murais, fanzines,

programas de rádio e *blogs*, por crianças e adolescentes na sala de aula em um processo colaborativo, resultando na promoção da auto-estima das crianças e adolescentes e o maior comprometimento deles com a educação.

Em 2009 a metodologia de Educomunicação ganhou novos rumos no município de Retirolândia. Os educadores envolvidos no projeto participaram no mês de maio da apresentação do plano de ação, que contemplou a produção de peças de comunicação por crianças e adolescentes, a partir de uma análise crítica dos meios de comunicação. Também em Retirolândia, a Câmara Municipal de Vereadores, durante aprovação do Plano Municipal de Educação para o ano de 2009, contemplou ações de educomunicação para as 09 escolas do campo em que o projeto desenvolveu atividades, trabalhando diretamente com 16 educadores. Com o apoio da Prefeitura Municipal, os fanzines produzidos em salas de aula foram reproduzidos e distribuídos para as famílias dos alunos com o objetivo de sensibilizar os pais para a importância do processo de educomunicação na formação do aluno.

Os educadores dos municípios de Conceição do Coité, Retirolândia e Valente participaram de oficinas de produção de jornais-murais e fanzines, trocando experiências de como o uso destas ferramentas podem ajudar no desempenho escolar dos alunos e na melhor integração em sala de aula, tornando o ambiente escolar mais democrático ao oportunizar às crianças e adolescentes descrever o olhar que eles possuem da escola e da comunidade onde vivem.

Em Conceição do Coité, os educadores realizaram visitas às rádios comunitárias para que os alunos pudessem conhecer de perto o dia-a-dia das emissoras comunitárias e como um programa de rádio é produzido na prática. Também em Conceição do Coité, no povoado de Salgadália, o trabalho com o rádio na hora do chamado "recreio", está melhorando o comportamento dos alunos com a idade/série defasada.

No município de Valente, mesmo com a demissão do articulador municipal de educomunicação devido às dificuldades orçamentárias, as atividades do projeto foram bem desenvolvidas. Durante todo o ano os

articuladores de núcleo do projeto Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do campo (Projeto CAT) participaram de todo o processo de formação e foram os responsáveis pela multiplicação dos conteúdos entre os educadores.

Mesmo com estes importantes avanços, a disseminação da educomunicação nos municípios ainda encontra dificuldades. Alguns educadores não sabem como educar os alunos para a sociedade midiaticizada, seja por não ter familiaridade com os meios de comunicação ou até mesmo por considerar as mídias concorrentes da escola, que tiram a atenção dos alunos. Tem ainda os educadores que não aceitam que a educomunicação exige que o educador passe a atuar como um mediador em sala de aula, possibilitando aos alunos construir conhecimento, indo de encontro com as práticas escolares que oferecem conhecimentos já sistematizados.

Apesar das dificuldades, em 2009 uma nova linguagem foi incorporada ao trabalho. Nos municípios de Retiroândia e Valente os educadores participaram de uma oficina sobre Blogs, desvendando os mistérios desta rede social e descobrindo como o trabalho com esta ferramenta pode dinamizar a aula e estimular os alunos. Porém, para o ano de 2010, a maior dificuldade a ser enfrentada e suprida no campo da educomunicação é como aprofundar o trabalho na área de Blogs e Internet uma vez que as escolas não disponibilizam de infra-estrutura para trabalhar estas linguagens.

6. Comunicação Interna e Redes Sociais: A busca de uma comunicação alinhada com princípios e valores

No primeiro semestre de 2009, o trabalho de assessoria e qualificação da imprensa na cobertura de temas relacionados ao desenvolvimento sustentável do semiárido sofreu uma queda na produção de releases e sugestões de pautas devido a uma queda no número de atividades desenvolvidas pela instituição e também, por integrantes da equipe de comunicação terem que contribuir com o trabalho de outro programa e até mesmo de outra entidade. No entanto, esta queda não interferiu muito no desempenho da clippagem, que registrou a presença do MOC

na mídia **128 vezes**, contabilizando matérias de televisão, jornais impressos, internet e rádio. Este número revela que os materiais produzidos pela instituição têm boa aceitação nas redações, contribuindo para tornar o MOC referência nas áreas em que atua.

Uma estratégia que rendeu bons resultados, contribuindo com o número de registros da presença do MOC na mídia, foi uma maior atenção para os veículos de comunicação existentes na Região Sisaleira. O setor de assessoria de imprensa "pautou" mais a imprensa da região, fazendo com que as notícias sobre o trabalho do MOC e seus parceiros cheguem também ao público prioritário da instituição. No entanto, fica o desafio da equipe de comunicação retomar as produções radiofônicas para que este impacto junto ao público seja ainda maior.

O Boletim Informativo MOC, enviado semanalmente para mais de 2 mil contatos, em 2009 completou quatro anos, totalizando 221 edições. Como forma de dar mais visibilidade a toda esta produção, a instituição passou a fazer parte de redes sociais com o *Twitter* e o *Blog*. São novos espaços onde a entidade pretende divulgar o seu trabalho e dinamizar as suas ações. Através da postagem de notícias, eventos e comentários busca criar fóruns de discussão e socialização de conteúdos. Este novo trabalho pode ser conhecido acessando o perfil da instituição no twitter pelo endereço <http://www.twitter.com/ongmoc> e o blog <http://blog.moc.org.br>

No ano de 2009 o MOC buscou uma comunicação alinhada. Isto quer dizer que, apesar das várias formas que a instituição tem de se comunicar, ainda era preciso priorizar a comunicação interna, importante no processo de divulgação dos princípios, valores e missão do MOC. Pequeno mas importante passo, foi a criação do Boletim *Coisas Nossas*, que mensalmente é enviado para a equipe e que tem a proposta de estabelecer um novo canal de comunicação interna, estimulando o diálogo, troca de informação e experiências. Desta forma, além

- * 221 Edições do Boletim Informativo produzidas em quatro anos
- * Mais de 2 mil contatos cadastrados no mailing do boletim
- * 40 releases e sugestões de pauta enviadas para a imprensa regional, estadual e nacional
- * 128 registros das ações do MOC na mídia

de valorizar os funcionários e funcionárias, a instituição está percebendo que estes são um público multiplicador, atuando como porta-voz da organização nas suas famílias e no seu convívio profissional e social.

PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE

I - INTRODUÇÃO

O Programa Criança e Adolescente do MOC durante o ano de 2009 deu continuidade às ações buscando contribuir na construção de políticas públicas para garantir os direitos de crianças e adolescentes do semiárido baiano, nos municípios onde atuamos.

A luta para garantir o direito à educação de qualidade, ao lazer, saúde, esportes e sua cultura perpassa por um processo de mobilização e articulação da sociedade e da família assim como pelo fortalecimento das organizações e espaços de construção da Política Pública como é o caso dos conselhos de direitos.

Por se tratar de ações de formação e mobilização, portanto, também subjetivas, os principais resultados das ações serão mais perceptíveis a médio e longo prazos, embora algumas mudanças, que detalharemos mais abaixo, já são mais visíveis.

Buscamos de forma resumida, relatar as principais ações desenvolvidas pelo MOC durante o ano 2009 através do programa Criança e Adolescente.



II - UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE CRIANÇA E ADOLESCENTES

Para uma melhor compreensão do Programa entendemos que seria interessante situarmos nossa atuação neste contexto.

Passadas duas décadas da promulgação da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), um grande desafio ainda persiste na realidade, não apenas dos municípios acompanhados pelo MOC, mas sim de todo o país: efetivar os direitos de criança e adolescentes.

Sob uma perspectiva sócio-jurídica, falar em direitos legalmente garantidos não é o mesmo do que falar em direitos efetivados. Para além da normatividade da lei, se faz necessário vislumbrar a sua eficácia social, a sua capacidade de incidência concreta na vida dos indivíduos.

No que se refere à criança e ao adolescente, a distância existente entre garantia e efetividade somente será transposta a partir da construção de políticas públicas setoriais e universais, nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), conjugadas com o rompimento de uma cultura “menorista” ainda predominante no seio da família, da sociedade e do estado brasileiro. Vale destacar que esta ruptura já foi operada no campo jurídico com a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É fundamental que a construção dessas políticas tenha como foco central, não apenas a criança e o adolescente, mas também a sua família, uma vez que os primeiros não podem ser concebidos de modo dissociado de sua família, da sua realidade sócio-cultural e de todo o contexto de sua vida. O fortalecimento do direito à convivência familiar é o primeiro passo para conquista dos direitos básicos.

No processo de elaboração e execução de políticas públicas voltadas ao público infanto-juvenil também é imprescindível a participação da

sociedade civil organizada através de intervenções no ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), conselhos, fóruns, conferências, etc.

Nesse sentido, o papel do MOC, através do Programa Criança e Adolescente (PCA), tem sido atuar como agente dinamizador das políticas públicas da sua região de atuação, através de processos de sensibilização, capacitação e estímulo à organização social.

III – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1. Ações desenvolvidas:

No ano de 2009 as ações do PCA tiveram dois principais focos de atuação: I – o assessoramento e capacitação das redes de proteção à infância e adolescência nos Territórios de Identidade da Bacia do Jacuípe e do Sisal, além da mobilização e sensibilização dos atores sociais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Crianças e do Adolescente (famílias, os próprios adolescentes, STR's, associações, educadores, monitores, gestores, conselheiros, etc.); II – capacitação de conselheiros municipais de direitos e conselheiros tutelares de 229 municípios do estado da Bahia.

– 1.952 conselheiros municipais de direitos e conselheiros tutelares capacitados em 229 municípios baianos;

– 14 reuniões de sensibilização e 14 capacitações com os atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) na Bacia do Jacuípe e no Sisal, atingindo 710 pessoas.

– 1.129 famílias da Bacia do Jacuípe e Sisal mobilizadas e sensibilizadas através de reuniões municipais sobre os malefícios causados pelo trabalho infantil;

– 792 adolescentes da Bacia do Jacuípe e Sisal, provenientes das Jornadas Ampliadas e Escola Regular, sensibilizados e capacitados sobre o SGD;

- 14 oficinas para sensibilização e elaboração dos Planos de Ação Municipais do CMDCA da Bacia do Jacuípe e Sisal, envolvendo 446 atores sociais da rede de proteção.
- 13 oficinas sobre Orçamento Público, Fundo da Infância e Adolescência (FIA) da Bacia do Jacuípe e Sisal com cerca de 117 atores sociais.
- Acompanhamento e participação nas conferências municipais e estadual de Criança e Adolescentes e Assistência Social.
- 4 Oficinas pedagógicas sobre Direitos da Criança e Adolescentes com Monitores do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.
- 4 Oficinas sobre a Política Nacional de Assistência Social com educadores do PETI e do Projeto Baú de Leitura

3.2. Resultados provocados a partir das ações do PCA

As ações do Programa Criança e Adolescente acima de tudo provocaram uma reflexão crítica nos atores sociais do SGD sobre a relevância e imperiosidade de construir políticas públicas para efetivar os direitos infanto-juvenis, um “despertar”, como afirmou o conselheiro tutelar de Nordestina, José Raimundo, em atividade de avaliação de um dos projetos do PCA.



A partir do processo de assessoramento aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Conselhos Tutelares e a rede de proteção como um todo, chegamos ao final de 2009 com 12 municípios da Bacia do Jacuípe e do Sisal com Planos de Ação construídos e 2

municípios em fase de construção dos seus Planos. Além do mais, 2009 foi o ano em que ocorreu a elaboração dos PPA's, sendo que representantes da área da infância e adolescência de 14 municípios participaram do ciclo orçamentário através de propostas, numa nítida demonstração do exercício do controle social, restando agora monitorar a execução dos orçamentos municipais.

O estímulo à participação nas Conferências (municipais, estaduais e nacional) dos Direitos da Criança e do Adolescente ocorridas em 2009 também foi uma das tônicas das atividades desenvolvidas pelo PCA. O espaço das conferências foi encarado como prioritário para o debate das questões relacionadas à infância e à adolescência, um espaço onde a sociedade civil organizada e o Poder Público puderam debater os rumos da política de atendimento para o próximo período.

Neste diapasão, destaca-se a participação dos municípios de Itiúba, Santa Luz, Nova Fátima e Ichu na Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ademais, podemos ressaltar também a participação de adolescentes de Retirolândia e Conceição do Coité, proveniente das atividades do PCA, na Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Outro ponto de destaque a partir das ações do PCA, relacionado à construção de políticas públicas no âmbito municipal foram os debates sobre o FIA, realizados com as redes de proteção à infância e adolescência. A título exemplificativo três diferentes situações podem ser destacadas como avanço: I - o CMDCA de Ichu conseguiu para o ano de 2010 uma dotação orçamentária de R\$70.000,00 para o FIA; II - o CMDCA de Retirolândia realizou um acordo com o Ministério Público para que as multas provenientes de penalidades administrativas previstas no ECA fossem destinadas ao FIA; III - O Conselho Tutelar de Nordestina, em parceria com alguns segmentos da sociedade civil estão pautando a regulamentação do FIA perante o Poder Público local.

Por fim, e não menos importante, está amadurecendo uma discussão de criação de Grupo de Trabalho (GT) dentro do COODES - Jacuípe e COODES - Sisal, como uma tentativa de implementação de um espaço

de debate e socialização das demandas territoriais relacionadas às políticas voltadas à criança e ao adolescente.

IV – DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA 2010 E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Programa Criança e Adolescente, 2009 foi mais um ano de busca e conquistas na efetivação dos direitos infanto-juvenis, em especial, nos municípios de atuação do MOC no semiárido baiano. O Programa tem a compreensão de que contribuiu de forma significativa nesta tarefa, sendo necessário daqui por diante além do aprofundamento das ações desenvolvidas, pensar na construção de estratégias/ações que ultrapassem o campo da sensibilização e capacitação, e reflita de forma mais direta nas demandas existentes, inclusive a nível territorial.

A continuidade de ações realizadas com adolescentes e/ou suas famílias também se faz imprescindível, pois com a mudança de paradigma na Política Nacional de Assistência Social, que elege a familiar como unidade básica para sua ação, esta desempenha um papel de tamanha importância para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. A nossa intenção é que amplie-se os trabalhos preventivos de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Para o próximo período, alguns desafios podem ser apontados, tendo como horizonte o combate às violações e ameaças de direito e a materialização da proteção integral à criança e ao adolescente:

I – Cumprimento por parte do Poder Público municipal do princípio da prioridade absoluta insculpido no ECA através da destinação privilegiada de recursos e da prioridade da formulação de políticas públicas.

II – Oferta de serviços tais como: abrigos, casas de passagem, atendimento médico, centro de medidas sócio-educativas, áreas de esporte, cultura e lazer, dentre outros. Para tal, como alternativa ao recorrente argumento da ausência de recursos utilizado pelas prefeituras municipais, vislumbra-se a busca por parcerias tanto no setor público (governo estadual/federal), como no setor privado, além, é

claro, de uma articulação a nível de território através do COODES – Jacuípe e COODES – Sisal.

III – Maior empoderamento por parte das entidades da sociedade civil dos espaços de discussão/construção de políticas públicas para crianças e adolescentes, a participação da sociedade civil deve ir mais além do que a presença dos seus representantes nesses espaços. É fundamental que a temática “criança e adolescente” entre na pauta de prioridades das organizações sociais.

IV – Sensibilização por uma parte da comunidade, de que crianças e adolescentes são pessoas de condição peculiar de desenvolvimento e sujeitos titulares de direitos e deveres, os quais devem ser efetivados pelo Estado, família e comunidade em um regime de co-responsabilidade.

Para o ano de 2010 há um desafio que é a própria sustentabilidade do programa no MOC, embora toda a entidade é envolvida com a questão e a problemática de criança e adolescente, pois luta por direito à uma educação de qualidade, saúde, valorização da cultura, alimentação escolar com segurança alimentar, a entidade passa por um processo de reavaliação de como continuar as ações, em especial contra o trabalho infantil e toda forma de violação de direitos.

Assim para 2010 projeta-se uma nova reestruturação da temática e campo de ação, a exemplo do Pacto pela Infância, do fortalecimento de conselhos e de redes, da inserção da temática nos Conselhos de Desenvolvimento Territoriais em especial Bacia do Jacuípe e Sisal.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

I - INTRODUÇÃO:

Para o Programa de Educação do MOC, 2009 foi desafiante. Houve toda uma renovação do público trabalhado, em especial de gestores e coordenadores. Contudo, continuamos com as ações na perspectiva de conseguirmos atingir a meta e objetivos que planejamos na busca de contribuir na construção de políticas públicas de Educação do Campo, numa perspectiva contextualizada e participativa.



A construção da política pública, em especial nos municípios do interior do Nordeste, no semiárido não é uma tarefa fácil, devido ao processo histórico, à herança coronelista e assistencialista ali vigentes. Programas, projetos e políticas compensatórias sempre existiram. Mas, política pública, universalizada, enquanto direito da população é um horizonte a construir no dia a dia. Tarefa árdua dos movimentos sociais e assim, também a luta do MOC.

Para contribuir na construção de uma política pública de educação, trabalhamos com um público diversificado: educadoras e educadores, coordenadoras e

* **1.329 educadores** desenvolvendo uma proposta de educação contextualizada para convivência com o semiárido em 514 escolas do campo

* **27.567 crianças e adolescentes do campo** envolvidos em atividades agroecológicas na escola e comunidade

* **157 hortas escolares** sendo utilizadas como instrumento pedagógico na educação do campo

coordenadores da educação do campo do Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar e do Projeto Baú de Leitura, Diretoras e Diretores de escolas do campo onde o Projeto CAT atua, Conselheiras e Conselheiros Municipais de Educação e de Alimentação Escolar, representantes da sociedade civil e dos conselheiros de desenvolvimento territorial.

Com este público diversificado, e contemplando ações diversificadas que os mesmos exigiam, atuamos na perspectiva de **consolidar a experiência exitosa que é o Projeto CAT e contribuir na construção da política pública de educação do campo.**

Desenvolvemos assim, ações em duas dimensões: uma mais político-pedagógico, do dia a dia da sala de sala, na produção do conhecimento, a partir da realidade vivenciada, envolvendo a comunidade na busca de soluções dos problemas enfrentados, e outra numa dimensão mais da política pública, mais ampla. Durante todo o ano incentivamos todo este público a participar, na proposição, negociação, construção e acesso às políticas públicas de educação do campo de qualidade, de combate ao trabalho infantil, de acesso à leitura, dentre outras.

A seguir as principais ações, resultados alcançados e desafios enfrentados em 2009.

II – PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E SEUS RESULTADOS:

2.1. Formação Continuada com Coordenadoras/es e Professoras/es do campo do Projeto CAT – Conhecer, Analisar e Transformar a realidade

O Projeto CAT tem sido a nossa referência, pela experiência e resultados alcançados ao longo de seus 15 anos. Em 2009 surgiram atores novos no campo das coordenações e gestores municipais, em decorrência das eleições de novos



Educadores participam de oficina prática sobre agricultura familiar com o agricultor experimentador Abel Manto

gestores, tivemos que reiniciar processos de formação já vencidos em épocas anteriores, para que os princípios, métodos e processos fossem bem assimilados por todos, o que implicou em alguma perda da qualidade do trabalho e de sua implementação. Por outro lado, como esta renovação não foi total, foi possível ter um equilíbrio nas ações.

Este processo ocorreu através de seminários, encontros, cursos, oficinas, intercâmbios, reuniões de equipe de assessoria, Boletim A Voz do CAT, visitas, dentre outras ações.

Todo o processo de formação com Coordenadoras/es aconteceu na perspectiva de convivência com o semiárido e o desenvolvimento sustentável. Assim, nos Encontros de Formação a cada três meses eram realizadas oficinas sobre Agricultura Familiar, Convivência com o Semiárido, Plantio de Árvores Frutíferas Adaptadas e de Hortas Escolares e Comunitárias, numa dimensão de educação agroecológica. Este percurso formativo tinha um efeito multiplicador: o MOC fazia a formação das Coordenações de Educação do Campo (Equipes Pedagógicas do Projeto CAT) e estes multiplicavam nos seus municípios com as professoras e os professores das escolas do campo.

Foram 53 Coordenadores municipais capacitados, e estes fizeram a formação de 1.329 professoras/es de 514 escolas do campo, envolvendo aproximadamente 27.567 alunos.

Como resultado deste processo de formação avaliou-se o seguinte:

a) Com os alunos e alunas:

A partir do processo de formação, percebe-se alguns avanços com os alunos e alunas:

- Avanço no processo de leitura e escrita, com melhor leitura, produção e interpretação de textos -



Alunos mostram a produção da horta na escola

comprovado a partir da aplicação de um indicador de aprendizagem;

- Desenvolvimento da oralidade e potencialidades artísticas;
- Maior envolvimento nos movimentos culturais (Pontos de cultura);
- Melhor conscientização das crianças com a preservação do meio ambiente (campanha de limpeza dos rios, reaproveitamento de material reciclável para produção artística, preservação da caatinga, plantação de mudas);
- Melhor compreensão do que é semiárido e como conviver com ele;
- Aquisição de documentos oficiais de identidade para os alunos – acesso à política pública de documentação – identificação e cidadania;
- Desenvolvimento de senso de coletividade, de organização, de partilha, solidariedade;
- Maior valorização da experiência das pessoas mais idosas;
- Conhecimento da história da comunidade e da família;
- Valorização da identidade cultural.
- Maior cuidado com a escola, em especial com os plantios de hortas e mudas de árvores adaptadas nos pátios escolares.

b) Com coordenadoras/es, educadoras/es e comunidade:

- Discussão de temáticas voltadas para a realidade do campo, provocando famílias e comunidades a reivindicarem seus direitos a partir dos encaminhamentos nas devoluções (momento de devolver à comunidade os conhecimentos que a escola produzia e buscar soluções para problemas enfrentados);
- Realização de passeatas, desfiles, campanhas, sensibilização sobre a preservação do meio ambiente,
- Aquisição de documentos de identidade das crianças que não tinham, incentivando o exercício da cidadania;
- Inserção de produtos da agricultura familiar na alimentação escolar em alguns municípios – através do acesso à política pública do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.
- Participação de coordenadores e educadores nas conferências com contribuição e aprovação de propostas de educação do campo para

Conferência Estadual de Educação – por uma política pública de educação do campo de qualidade.

- Criação de Departamento de educação do campo em alguns municípios.

Apesar de alguns avanços, no Projeto CAT também encontramos algumas **dificuldades**, que educadoras e educadores ressaltaram e que torna-se um desafio para o trabalho no próximo ano.

- Ausência de um material didático contextualizado, que explicita a realidade do campo em suas várias dimensões, o que dificulta o trabalho da professora e do professor;
- Poucas oficinas pedagógicas sobre a metodologia do CAT nos municípios, dado que os coordenadores ainda não dominam todo o processo metodológico da educação do campo;
- Necessidade de ampliação das equipes pedagógicas nos municípios, o que implica em envolver mais o poder público municipal nesta perspectiva.
- Estrutura física das escolas do campo com má qualidade;
- O CAT, por mais tempo que ele possua em determinados municípios, ainda não é política pública e, assim sendo, se ressentido de recursos e verbas municipais para sua implementação.
- Professores municipais sem motivação para se fazerem presentes e interferirem nos respectivos Conselhos de Educação.
- Professoras e professores municipais com inexpressivo conhecimento e informações sobre o semiárido, o que redundava em dificuldades de trabalhar esta realidade com seus alunos.

* **667 educadores** desenvolvendo um trabalho com leitura lúdica e contextualizada em 231 salas de aulas

230 novos educadores das escolas do campo para trabalharem com a proposta de leitura do Projeto

27 coordenadores participaram das Conferências Municipais de Educação debatendo leitura no eixo de Educação do Campo e 9 coordenadores participaram da Conferência de Assistência Social

2.2. Formação continuada com Coordenadoras/es e Educadoras/es do Projeto Baú de Leitura

O Baú de Leitura em 2009 completou **10 anos** de existência. Uma experiência que vem contribuindo para um melhor desenvolvimento das crianças e adolescentes. Nesta perspectiva, outra ação desenvolvida dentro da proposta de educação do campo, é o Projeto Baú de Leitura (PBL). Este ano, porém, pelo fato de existirem novas orientações administrativas a nível do Estado, por parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), e portanto, dentro das ações socioeducativas da Jornada Ampliada, o processo do Baú sofreu um revés, que estamos buscando recompor aos poucos.



Dentro das estratégias estamos buscando uma negociação junto às Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social para liberar um educador para coordenar o Baú de Leitura nos municípios, e 27 municípios disponibilizaram uma pessoa para coordenar e **constituímos um novo grupo de coordenadores**, reiniciando todo o processo de sensibilização, de concepção de leitura prazerosa, das dimensões do projeto, de identidade, cultura, meio ambiente, cidadania.

A metodologia do Baú de Leitura está sendo trabalhada por **667 educadores** em **231 salas de aulas**, sendo 107 nas Jornadas Ampliadas do PETI e **124 escolas regulares**, com participação de **19.102 crianças**. Neste ano a formação continuada possibilitou a inserção de **190 novos professores** que passaram a desenvolver o projeto nas escolas. Foram realizadas 10 oficinas municipais de estudos aprofundados da metodologia envolvendo **462** pessoas, entre eles educadores do projeto, diretores escolares, coordenadores pedagógicos, conselheiros de educação e Secretários Municipais de Educação.

Integrando os processos do projeto, os Núcleos de Leitura são espaços e momentos de formação no município para estudos, aprofundamento da metodologia do projeto, avaliação e planejamento. Foram realizados em 25 municípios oficinas temáticas municipais como Afrodescendência,

teatro, contação de história, jogos e brincadeiras, fantoches, dentre outros. Uma inovação foi o acompanhamento dos professores pelos coordenadores escolares em 03 municípios, inserindo o Baú de Leitura nas atividades de coordenação nas escolas.

A formação inicial para novos professores também teve continuidade. Foram 06 Cursos de Sensibilização para leitura prazerosa e contextualizada, envolvendo aproximadamente 230 novos professores das escolas do campo para trabalharem com a proposta de leitura do Projeto.

Para contribuir com a formação dos educadores nos Núcleos de Leitura foram constituídos **12 Baús do Educador** com um acervo específico para dinamizar os estudos e possibilitar uma ampla compreensão das temáticas abordadas pelo projeto. O Baú do educador foi doado para 12 municípios e os educadores utilizam o acervo não apenas na capacitação do projeto, mas nas atividades acadêmicas.

Dando continuidade a proposta de avaliação do nível de leitura das crianças envolvidas no projeto, em 2009, 13 municípios acompanharam e sistematizaram o desenvolvimento do nível de leitura dos alunos do projeto durante o ano construindo planilhas avaliativas e os próprios educadores registraram o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita dos alunos.

A participação da comunidade e família na escola é parte da metodologia do PBL. Na dimensão social do projeto a comunidade vai até a escola e a escola vão até a comunidade com apresentações, campanhas, pesquisas ou outras atividades culturais. Os municípios desenvolveram outras estratégias de integração entre comunidade e PBL como: Seminários de Leitura nas comunidades com as famílias; 18 municípios mantêm o Dia da Família na Escola com oficinas do PBL; Leitura na praça aberta à comunidade, dentre outras.

A proposta do Baú de Leitura tem sido ampliada por iniciativa de 02 municípios, em um município o Projovem vem desenvolvendo a metodologia do PBL em oficinas de leitura e em outro o município

adaptou os baús de leitura para educação infantil e para o ensino fundamental de 5º a 8º série.

Para solucionar o problema de Baús parados no PETI, 03 municípios com educadores e gestores estão pensando o desenho da municipalização do PETI junto com a câmara municipal, 02 municípios realizaram reunião com vereadores para debater o Projeto e sua importância no desenvolvimento das crianças e adolescentes.

Buscando contribuir com a construção de políticas públicas de educação e incentivo a leitura, 27 coordenadores participaram das Conferências Municipais de Educação debatendo leitura no eixo de Educação do Campo e 09 coordenadores participaram da Conferência de Assistência Social contribuindo com o debate de leitura e elaboração do Plano de Assistência Social. Ampliando seu papel político 06 coordenadores participam de reuniões do Conselho Municipal de Educação (CME) contribuindo com o debate da leitura na educação; 05 municípios tiveram Plano Plurianual (PPA) com consulta popular onde os coordenadores participaram do debate e levantamento de propostas de educação e 02 coordenadores do Baú de Leitura participaram do Grupo de Trabalho de Educação do CODES⁴ Jacuípe, para elaboração do Plano Territorial de Educação.

Mesmo com avanços há muitos desafios. Eis alguns:

Dos 27 municípios que o MOC acompanha o Baú de Leitura, 02 ainda não designaram os coordenadores pedagógicos e em outros quatro ainda há uma setorização forte entre Jornada regular e Jornada Ampliada, impedindo o acompanhamento de todos os educadores pelos mesmos coordenadores.

Continua sendo um desafio o pouco investimento, com recursos próprios dos municípios nas políticas de leitura, apenas 08 municípios dos que acompanhamos possuem bibliotecas municipais, mesmo assim, ainda são pouco exploradas pelos educadores.

⁴ Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Território Bacia do Jacuípe

Um outro desafio, é que o Baú de Leitura ainda não é totalmente assumido dentro das Equipes Pedagógicas do Projeto CAT, visto algumas vezes como algo à parte, e não como a proposta de leitura do projeto. Isto será melhor trabalhado no próximo ano, porém uma conquista, e que pode contribuir nesta perspectiva, é que a partir de uma oficina de leitura realizada com coordenadores municipais do CAT, foi realizada, em parceria com a UEFS, uma sistematização com as histórias de leituras destes coordenadores. Isto pode motivar para que estes coordenadores também contribuam mais com o Baú de Leitura em seus municípios, embora entendemos que a responsabilidade maior é dos gestores.

É necessário, portanto, uma ação que cause maior impacto com os gestores, visto que estes Baús formam recursos públicos e pertencem às crianças, enquanto um direito a livros e à literatura, enquanto instrumento de desenvolvimento.

2.3. Formação de Educadores das Ações Socioeducativas do PETI

O novo redesenho do PETI, onde o estado da Bahia não mais assume a contratação dos monitores e supervisão do Programa, provocou uma desarticulação de ações, várias entidades assumiram a contratação e capacitação de monitores, quebrando um pouco o processo que vinha ocorrendo anos anteriores. Assim, em 2009 praticamente encerramos os processos de acompanhamento e formação dos Monitores do PETI. Através de um Convênio com o governo do estado, com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza (SEDES), realizamos 05 cursos de formação, envolvendo **231 Monitores do PETI** e um curso com Comissões Municipais envolvendo 29 pessoas.

Nestes cursos trabalhou-se elementos dos direitos da criança e adolescente, em especial as conseqüências do trabalho infantil e a importância de garantir o direito à criança de frequentar a escola, o direito à brincar, a ter acesso à leitura e viver sua infância dignamente.

Como resultado, tivemos uma ampla participação dos educadores nas Conferências Municipais de Criança e Adolescente, bem como de adolescentes do PETI, 24 Monitores participam do Conselho da Criança e Adolescente.

Ressalta-se este ano que o aluno do PETI – Fagner que foi escolhido entre dezenas de adolescentes do Brasil, para participar do GT-8 Jovem na Itália, destacando sua luta política em favor das crianças e contra o trabalho infantil. Outro destaque é que 08 adolescentes do PETI participam dos Conselhos de Direitos das Crianças e Adolescentes, numa intervenção direta nas políticas públicas. As famílias e crianças inseridas no PETI têm acesso às políticas de assistência social, porém ainda é necessário um processo de acompanhamento e monitoramento maior.

O grande desafio atual, por conseguinte, é como implementar processos de educação integral, debate este que nos municípios pouco existe. Para fomentar mais o debate, estamos realizando uma sistematização da experiência da Jornada Ampliada, pois o processo das ações socioeducativas traz alguns elementos de uma educação pensada integralmente, em todas as dimensões humanas.

2.4. Formação com Conselheiros Municipais de Educação – CME

2009 trouxe uma ampliação do público com o qual trabalhamos e a inserção dos Conselhos Municipais de Educação, dada sua importância estratégica para a construção de políticas.

As ações de formação de conselheiros buscaram fortalecer e dar mais autonomia aos conselhos, por um lado instrumentalizando-os para normatizar e participar de espaços estratégicos na construção de

- * **3 municípios revisando** o plano municipal de educação com a participação dos CMEs
- * **13 Conselhos Municipais de Educação** com participação efetiva da sociedade civil – STR, APLB, Associações de pais e mestres, dentre outras
- * **5 municípios com** conselheiros e coordenações pedagógicas participando das plenárias consultivas do PPA – Plano Plurianual
- * **12 Conselhos de Alimentação Escolar** foram regularizados a partir da primeira capacitação e com plano de ação elaborado

políticas públicas e por outro lado, iniciando o debate sobre a autonomia e identidade dos Sistemas Municipais de Educação.

Contamos com a parceria da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação (UCME), que fez uma formação sobre Sistema Municipal de Ensino. Neste processo foi realizado um diagnóstico sobre o funcionamento e atuação dos conselhos. 80% dos conselhos dos 12 municípios que acompanhamos não funcionavam, não possuíam planos de ação e quase que se limitavam a referendar ações do executivo. A partir deste, elaborou-se um plano de trabalho. Após as capacitações temos os seguintes resultados:

Apenas 02 municípios ainda não conseguiram articular e colocar em funcionamento seus conselhos municipais de educação, o que será um desafio para 2010. Em 05 municípios os conselheiros e coordenações pedagógicas participaram das plenárias consultivas do PPA, o que é um passo importante na construção de políticas públicas de educação.



As ações de educação do campo proporcionam maior integração entre escola e comunidade

Um avanço na participação política foi que em 12 municípios representações dos conselhos municipais de educação participaram das conferências Municipais de Educação e ajudando a construir a Conferência Territorial e participando da Estadual.

No processo de envolvimento da sociedade civil no controle das políticas públicas, 13 conselhos com participação efetiva da sociedade civil – STR, APLB, Associações de pais e mestres, dentre outras.

Apesar dos Planos Municipais terem sido elaborados recentemente, 03 municípios revisaram o plano municipal de educação com a participação dos CMEs.

Outro avanço que percebemos, foi nos encontros de formação, muitos

não conheciam a educação do campo, nem o Projeto Baú de Leitura. Foram realizados estudos sobre estes dois projetos e hoje alguns conselheiros já participam e conhecem de perto as ações do CAT e Baú de Leitura e incentivam os gestores públicos a dar maior apoio e incentivo a estas ações.

As ações ainda são iniciais, mas projeta-se para um melhor funcionamento efetivo dos conselhos, com renovações, inclusive inserindo mais a sociedade civil, e elaborando planos de ações, inserindo a educação do campo.

2.5. Formação de Diretores de Escolas do Campo

Buscando fortalecer o Projeto CAT e Baú de Leitura este ano realizamos um processo de capacitação com Diretores e Diretoras (gestores) das escolas do campo, em especial das escolas onde o CAT e Baú de Leitura estão inseridos, para melhor apropriação da dimensão, princípios, concepções da educação do campo, construção de Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) das escolas de forma participativa, envolvendo a comunidade, as famílias e os alunos.

Nas primeiras capacitações percebeu-se que os diretores pouco conheciam o Projeto CAT e o Baú de Leitura.

Os projetos políticos não existem ou quando existiam eram feito sem a participação da comunidade e de forma descontextualizada. A primeira tarefa então foi estudar e conhecer mais de perto estes projetos e depois transformá-los em projeto **da escola, não apenas do professor ou da professora**. Além do mais o PPP teria de ser construído participativamente, em relação com o CAT e com participação do Conselho Escolar e boa parte das escolas não possuíam conselhos.

Como resultado desta ação hoje temos **142** escolas com PPPs construídos e **98** escolas do campo com conselhos escolares constituídos.

2.6. Formação de Conselheiros de Alimentação Escolar – CAE

Numa escola de qualidade, a alimentação oferecida às crianças das escolas do campo tem muita relevância e está diretamente ligada ao processo de aprendizagem, pois deve fornecer os nutrientes necessários ao desenvolvimento da criança. Há uma relação entre a alimentação e o processo de desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

Na nossa região há uma variedade na produção da agricultura familiar, bem como diversas cooperativas e associações comunitárias que comercializam produtos regionais e saudáveis.

Por isso, o MOC realizou algumas capacitações para os Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Num primeiro contato com os conselheiros e conselheiras fez-se um breve diagnóstico do funcionamento do Conselho, avaliando-se plano de ação, efetiva decisão sobre o cardápio e questões afins. A constatação é de que os conselhos quase que não passavam de formalidades. Diante deste fato as capacitações constaram de debates e reflexões sobre segurança alimentar, sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outros elementos básicos para a real formação e funcionamento dos Conselhos.

Nas capacitações houve um debate sobre Segurança Alimentar e a apresentação do PNAE, para que as crianças tivessem acesso a esta política. No intervalo da primeira capacitação para a segunda, houve um Seminário Regional para debater a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar e a Lei 11.947 de 16/6/2009. Na segunda capacitação promovida pelo MOC, contou-se com a participação do Ministério da Educação, através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Ministério do

Participação da Sociedade civil em espaços estratégicos:

- * 25 representações atuando nos Conselhos de Alimentação Escolar,
- * 10 representações atuam nos Conselhos de Educação;
- * 22 representantes participaram da Conferência Territorial de Educação
- * 12 representantes foram eleitos delegados para Conferência Estadual de Educação
- * 04 representantes foram eleitos delegados para Conferência Nacional de Educação

Desenvolvimento Agrário (MDA), agora já com a nova Lei 11.947 aprovada, explicou-se todo o procedimento legal para que as famílias agricultoras pudessem ter acesso à política, visto que a lei garante que pelo menos 30% dos produtos da alimentação escolar seja da agricultura familiar.

Incrementando um pouco mais o processo realizou-se oficinas com nutricionistas, debatendo-se os nutrientes necessários às crianças e sua relação com os produtos da agricultura familiar.

Como avanço percebe que os conselhos estão se reformando para proporcionar mais participação da sociedade civil, especialmente cooperativas da agricultura familiar e representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais, estão elaborando planos de ação, fiscalizando o cardápio, realizando cursos com as merendeiras, dentre outras ações.

2.7. Assessoria à representantes de entidades da sociedade civil

Para garantir um maior controle social na construção e efetivação das políticas públicas, realizou-se também assessorias a representantes de entidades da sociedade civil, através de encontros, reuniões, seminários.

Esta ação busca contribuir no processo formativo das lideranças sindicais, do MMTR dos Coletivos de Jovens, das Cooperativas e Associações Comunitárias, **no âmbito da Educação do Campo**, ampliando a luta e a estratégia de desenvolvimento rural, pois não há desenvolvimento no campo sem uma educação de qualidade para os agricultores e agricultoras e seus filhos.

As capacitações realizadas foram sobre a Legislação Educacional, papel dos Conselhos, Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), do governo federal, princípios e concepção de educação do campo, formas de intervenção na política pública de educação.



Vale ressaltar alguns resultados. Das lideranças que participam das reuniões, temos 25 atuando nos Conselhos de Alimentação Escolar, 10 nos Conselhos de Educação. 22 representantes participaram da Conferência Territorial de Educação e 12 foram eleitos delegados para Estadual e 04 para Nacional. Além disso, lideranças voltaram a participar do Fórum Estadual de Educação (FEEC) e da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB).

Ressalte-se também a existência de 09 Coletivos Municipais de Educação formados com a iniciativa da sociedade civil, em especial dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da agricultura familiar. Estes coletivos debatem e estudam a política municipal de educação e buscam se qualificar para melhor intervenção e acesso nas políticas públicas, incentivam os trabalhadores a participar de políticas tais como Todos Pela Alfabetização (TOPA), onde mais de **580 agricultores e agricultoras** foram alfabetizados, e, no Território do Sisal, aproximadamente **2.100 jovens** estão acessando a política pública de complementação do ensino fundamental, através do Programa Nacional Projovem Rural.

Para realizar estas ações, contamos com um trabalho de parceria entre MOC e Fundação dos Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar da Região Sisaleira (FATRES), e uma técnica que realizava o processo de mobilização nos municípios, reunindo os representantes de STR, MMTR e Associações Comunitárias para debaterem a temática de Educação, intervir nas políticas e acessar estas políticas.

2.8. Sensibilização de Gestores Públicos de Educação (Secretários de Educação)

Realizamos, igualmente, ações com os gestores públicos, público importante e estratégico na construção e efetivação de políticas públicas. Foram realizados seminários, reuniões e visitas buscando sensibilizar os gestores sobre os princípios e concepção da educação do campo, enquanto estratégia de desenvolvimento do próprio município. Nestes encontros debatíamos o Projeto CAT, o Baú de Leitura e as demais ações, como a importância do funcionamento dos Conselhos de

forma mais autônoma, a importância da formação continuada de educadores e coordenadores, bem como a garantia de orçamento para as ações de educação.

Os gestores assinaram um **Termo de Compromisso**, onde publicamente se comprometeram a apoiar os processos que seriam desenvolvidos durante o ano: de formação, garantia de transporte, apoio às ações municipais, funcionamento dos conselhos, etc. Porém, a partir do segundo semestre, e até mesmo devido a alta rotatividade dos mesmos nos municípios, esta participação decresceu.

2009 foi um ano de conferências municipais e estaduais de educação e 2010 será o ano da Conferência Nacional. 16 dos municípios que acompanhamos realizaram Conferências Municipais de Educação – que é um espaço importante na construção da política, e todos os municípios participaram da Conferência de Educação do Território do Sisal, onde 04 Secretários saíram delegados para a estadual. Isto também contribuiu para que aprovássemos todas as propostas de educação do campo na Conferência Territorial, visto que houve uma mobilização nos municípios e territórios.

2.9 . Integração de Ações e Sujeitos da Educação do Campo

Na perspectiva da construção da educação integral é essencial, de um lado o trabalho com cada público de per si e atendidas suas especificidades; por outro lado não podem faltar ações em conjunto e integradoras. Essas são as que relatamos a seguir:

- Seminários Regionais de Educação do Campo – avaliando as ações e debatendo questões para melhor atuação e construção da política.

- Intercâmbio Interestadual de Educação do Campo – foram visitadas diversas experiências de educação do campo da Bahia e Pernambuco: Senhor do Bonfim, Uauá, Juazeiro e Petrolina. Contou-se



Crianças do semiárido participaram da construção de um desenho animado sobre a temática da água, produzido pela ASA Brasil

com a participação de secretários, conselheiros de educação e alimentação escolar, representantes da sociedade civil, diretores, coordenadores do CAT e Baú de Leitura e educadores.

- Mostra de Arte, Cultura da Educação do Campo: contou com ampla participação, inclusive de crianças e adolescentes, mostrando tudo de arte, cultura e educação que é produzido nas escolas e jornadas ampliadas do campo.

- Seminário de Avaliação Final das Ações: no final do ano, realizamos um seminário para avaliação e encaminhamento das ações para 2010. Neste seminário houve pouca participação de gestores e também da sociedade civil. Houve mais a participação de conselheiros, diretores de escolas, educadores e coordenadores. Serviu para um balanço das ações e planejarmos o que precisa modificar para o próximo período.

Ainda na perspectiva de integrar ações na dimensão da construção da política pública, o MOC incentivou e ajudou a realizar diversas conferências municipais e uma Territorial - do Sisal, onde estes sujeitos estavam representados.

Em 2009 também aconteceram dois momentos importantes com as crianças das escolas do campo do Projeto CAT: Intercâmbio de crianças de diferentes realidades: a convite da Coordenação Ecumênica de Serviços (CESE), foi realizado um intercâmbio entre crianças do semiárido de escola pública (município de Valente) e crianças de Salvador de escolas privadas. Primeiro as crianças de Salvador visitaram as crianças do semiárido, participando de oficinas de leitura, visitando as escolas e formas de convivência com o semiárido: cisternas, hortas, etc. Depois as crianças do semiárido foram a Salvador, visitaram as escolas e participaram do Dia Mundial de Limpeza das praias. Muitas crianças do semiárido nunca tinham visto o mar e as crianças de Salvador não conheciam o semiárido. Este intercâmbio proporcionou uma riqueza de conhecimento de lugar e de pessoas que as crianças jamais esquecerão. Outro momento importante, incentivado pela Articulação do Semiárido, (ASA) foi a construção de desenho animado feito com desenhos de crianças a partir da realidade do semiárido. O desenho ainda não está totalmente pronto, mas pretende-se ser

transmitido através de uma rede nacional de televisão. Isto ajudará na elevação da auto-estima das crianças, bem como a demonstrar que através de uma educação do campo de qualidade é possível alcançar resultados tão significantes na vida destas crianças.

III – ALGUMAS ANÁLISES AVALIATIVAS

3.1. Principais Avanços:

- **Âmbito Local (Municipal e Regional):**

11 municípios com sistema municipal de educação implementado;
11 municípios com plano de educação incluindo educação do campo;
02 Municípios com orçamento específico para educação do campo;
03 municípios construindo orçamento específico de educação do campo;
08 Municípios têm o Conselho de Educação funcionando;
232 Professores Novos do CAT participaram de formação através dos Coordenadores de Mobilização das Comunidades por melhorias nas condições de escolar (a partir dos Dias Lúdicos – Projeto Action–Aid);
3.000 mudas de árvores frutíferas adaptadas à região plantadas nas escolas e comunidades
24 Oficinas Interdisciplinares realizadas nos municípios MOC – UEFS;
91 Escolas do CAT com CONSELHOS ESCOLARES formados com a participação da comunidade e alunos
186 Hortas Escolares construídas nas escolas do CAT
155 PPPs – Projetos Políticos Pedagógicos de escolas do campo construídos
03 Municípios com Fundo Municipal de Educação (Baixa Grande, Pintadas, Nordestina)

- **Âmbito Territorial:**

– **ELABORAÇÃO DO PLANO DE EDUCAÇÃO DO Território BACIA DO JACUÍPE** com assessoria do MOC

- Planos dos dois Territórios (Sisal e Jacuípe) com educação do campo elaborados com inserção de educação do campo.
- Propostas de educação do campo aprovadas nas conferências municipais, territorial e estadual.
- Ampla participação de delegadas/os de professores, coordenadores, representantes da sociedade civil na Conferência Territorial para Estadual (público que trabalhamos)

- **Âmbito Estadual:**

- Participação ativa do MOC na construção das Diretrizes Curriculares Estadual para Educação do Campo;
- Participação na construção e elaboração de propostas na Conferência Estadual;
- Aprovação de todas as propostas de Educação do Campo na Conferência Estadual (a partir de uma articulação estadual FEEC e RESAB);
- Apresentação da experiência de Educação do MOC como referência no I ENCONTRO ESTADUAL DE CLASSES MULTISSERIADAS;
- Participação do MOC no FEEC - Fórum Estadual de Educação do Campo
- participação do MOC no Comitê Estadual da Campanha TODOS PELA EDUCAÇÃO

- **Âmbito Nacional**

- Participação do MOC no Fórum Nacional de Educação do Campo da CONTAG (articulação nacional para construção de propostas para o Plano Nacional de Educação);
- Participação do MOC na RESAB
- Construção de propostas unificadas de educação do campo na Plenária Nacional Preparatória a Conferência Nacional;

3.2. Principais dificuldades enfrentadas:

Alguns avanços importantes foram conquistados em 2009, e outros estão enquanto desafios para superarmos. O fato de nenhum município ter Diretrizes Curriculares para Educação do Campo exige um debate mais aprofundado em 2010.

A política local tem uma dinâmica que ainda compromete processos educativos, visto que há uma grande rotatividade de diretores de escolas, de conselheiros, de coordenadores – o que quebra o processo de formação continuada, forçando a sempre reiniciar processos.

Apesar dos gestores se comprometerem com o processo de educação do campo, há pouca participação dos mesmos nos eventos de capacitação que convocamos e isto às vezes quebra um processo.

Outro desafio é que poucos municípios com orçamento público específico para educação do campo (apesar do FUNDEB destinar esta especificidade) e isto é uma necessidade concreta. Neste ano com as avaliações de aprendizagem das crianças que realizamos, percebeu-se dificuldades em leitura e escrita nas crianças (resultante da formação de professores) o que irá exigir um debate franco e aberto com os municípios para investir mais na formação dos educadores e educadoras e os mesmos também ter a vontade de mudar a realidade, de se qualificar mais.

A Inexistência de material didático contextualizado para contribuir no trabalho dos professores talvez seja um elemento que contribua para melhor compreensão da metodologia e portanto talvez um trabalho mais qualificado.

Algumas dificuldades estão já em processo de resolução a exemplo da ausência de material didático, a equipe do MOC está construindo e no início do ano 2010 deverá estar pronto e contribuindo no trabalho dos educadores.

Os desafios são grandes e a vontade política de superação também. Desejamos que no novo período consigamos resultados melhores, que é

de garantia de acesso à uma política pública de educação de qualidade às populações do campo a partir do local onde residem, que vejam o campo como lugar de vida com qualidade, de produção, de cultura e contribuindo para construção de um desenvolvimento sustentável.

PROGRAMA DE GÊNERO

A opção política do MOC em desenvolver uma linha de trabalho com a dimensão de gênero, e, a partir dela buscar contribuir para que as mulheres trabalhadoras / empreendedoras rurais tenham igualdade de oportunidades, explicita elementos como:



- O compromisso que a organização assume junto às mulheres, para com elas se contrapor a um contexto social que cultua uma cultura patriarcal, machista e racista, onde as diferenças são acentuadas, na perspectiva de desnaturalizá-las;
- Seu compromisso com as organizações de mulheres na luta por seus direitos, que vai além de denunciar as desigualdades no acesso aos direitos entre homens e mulheres, mas desafia afirmar as especificidades e singularidades desses direitos e encontrar os caminhos para acessá-los;
- A compreensão de que, as mulheres trabalhadoras/empreendedoras rurais são sujeitos de fato e de direitos, que tem capacidade de construir sua própria história, e, que sua participação nos movimentos de mulheres, nas organizações mistas e nos espaços de decisões política, contribui positivamente na estrutura econômica e social das famílias e no modelo de sociedade que emerge;
- E ainda, a responsabilidade social de promover dentro da instituição e para além dela, a transversalidade de ações que aponte a igualdade de gênero como aspecto importante para o desenvolvimento sustentável e solidário que o projeto de mundo que defendemos busca construir.

Para tanto, o Programa de Gênero vem constantemente (re) vendo sua atuação e buscando a partir do propósito institucional do MOC e das efervescentes demandas apresentadas pelas organizações de mulheres e pela conjuntura, desenvolver um processo de trabalho que considere e valorize a caminhada das mulheres nas suas organizações e fomente sua articulação política com outros setores.

Sendo assim, o ano de 2009 foi um momento relevante no processo de intervenção na construção de políticas públicas do programa junto ao público prioritário das ações: mulheres trabalhadoras/empreendedoras rurais, para que elas tenham acesso às políticas que lhes asseguram seus direitos. A seguir, discorreremos um pouco acerca dessa caminhada e das formas como ela se efetivou.

1. A CAMINHADA DO PROGRAMA COM AS MULHERES PARA INTERVIR, CONSTRUIR E ACESSAR POLÍTICAS DE DIREITOS

Primeiro vale lembrar que a presença e participação qualificada das mulheres nos processos decisórios e nas instâncias governamentais, são fundamentais para a efetivação de políticas públicas que garantam direitos, não apenas para as mulheres, pois seu olhar não se limita às suas especificidades, ele é um olhar holístico sobre as necessárias ações nos vários campos dos direitos humanos.

Para participar de forma qualificada dos espaços de decisões políticas, faz-se necessário mudar as relações de poder entre homens e mulheres nesses espaços, e, para mudar essa relação, é preciso a força organizada de um sujeito político e social coletivo, como se configura a auto-organização das mulheres. Sem auto-organização não é possível reafirmar a identidade e construir esse sujeito político coletivo que são as mulheres, capaz de propor e agir no sentido de uma mudança social, onde todas as pessoas e inclusive elas, tenham direito a ter direitos.

O processo de participação das mulheres trabalhadoras/empreendedoras rurais nos espaços de decisões políticas

teve sua gênese⁵ com a identificação das necessidades das mulheres e da comunidade através do diagnóstico por elas realizado junto às mulheres nas bases comunitárias (2007); avançou com a sistematização das demandas, elaboração e apresentação de propostas em audiências públicas com candidatos/as a gestores/as (2008) e foi culminado com os redimensionamentos de prioridades, re-apresentações, negociações e inserção das propostas nos Planos Plurianuais (2010–2013) dos municípios (2009).

2. OS EIXOS QUE TECEM AS AÇÕES E GERAM RESULTADOS

Para fomentar o processo de empoderamento sócio político e econômico das mulheres, na perspectiva da igualdade de oportunidades e ampliação de participação nos espaços, o programa reelaborou estratégias e buscou fortalecer a intervenção das mulheres nos mais diferentes campos das políticas públicas por meio de um conjunto de ações estratégicas aqui percorridas:

2.1. Formação sócio-política de lideranças femininas, para representatividade de suas organizações nos espaços de decisões.

Compreendemos que a auto-organização das mulheres por si só não dá conta de responder às demandas de uma participação qualificada, por isso faz-se necessário a formação sócio-política das mulheres, para que possam, subsidiadas dos conhecimentos acerca das políticas públicas e seus mecanismos, interferirem nas decisões que resultam na sua construção e no acesso às mesmas.

No campo da formação de lideranças, foram identificadas **53 lideranças** femininas atuando efetivamente nos conselhos de gestão local e também em instâncias regionais, estadual e nacional, interferindo nas proposições e negociações de políticas públicas. Considerando a importância da auto-organização, outras **115 mulheres** atuam como

⁵ Nos aspectos propositivos que aqui nos referimos, pois é inegável a histórica e insistente luta das mulheres por direitos e cidadania. Foi a atuação delas organizadas que permitiu que suas reivindicações, as temáticas de seu interesse, estivessem presentes nas agendas governamentais, ampliando sua participação política e seus direitos sociais. Não sendo ainda o pretendido e necessário.

lideranças multiplicadoras nas comunidades de base.

A partir do diagnóstico realizado pelas organizações de mulheres (2007–2009), identifica-se a elevação de 65 para 110 o número de mulheres nas comunidades de base organizadas, reconhecendo seus direitos enquanto direitos e com maior compreensão da importância de sua organização e participação para melhorar o acesso às políticas públicas.

2.2. Inserção das mulheres nos espaços estratégicos de construção e decisão política, com ênfase nos PPAs municipais (2010–2013).

A inserção das mulheres nos espaços de decisões é uma estratégia que viabiliza a intervenção na construção e acesso às políticas públicas. A partir da sua nesses espaços, as mulheres embasadas pelas demandas identificadas na base de suas organizações, elaboraram e apresentaram 113 propostas nos Planos Plurianuais. Dessas 35 foram aprovadas, contemplando seus interesses e também da comunidade, incluindo propostas que fomentam o acesso dos direitos nos diferentes campos: saúde, educação, geração de renda, recursos hídricos, assistência social, fortalecimento da agricultura familiar e prevenção/enfrentamento à violência contra a mulher.



Em Araci, mulheres realizaram uma audiência pública para apresentar as propostas para o PPA municipal

A intervenção das mulheres, na proposição, definição e construção de políticas públicas, vem se consolidando em diferentes espaços: comissões, conselhos, fóruns, órgãos locais, territoriais, regionais, estadual e nacional de decisões políticas.

Como resultados da intervenção local e global das mulheres, podemos destacar os números apontados pelo diagnóstico realizado com as organizações. Sobre o número de mulheres que tiveram acesso aos direitos civis, sociopolíticos e econômicos:

- Serviços de Saúde - 685
- Educação - 709
- Documentação - 2.645
- Formação para Organização Produtiva - 376
- Elevação da escolaridade - 18 (nível médio superior)

2.3. Articulação das organizações de mulheres com outros atores sociais na construção e negociação de Políticas Públicas via Fórum de Mulheres da Região Semiárida da Bahia.

Fortalecer a criação de uma rede de articulação das organizações de mulheres, através do Fórum Interterritorial de Mulheres da Região Semiárida da Bahia, foi uma estratégia para as intervenções mais globais das mulheres na perspectiva de construir e propor políticas públicas nos Conselhos Territoriais do Sisal e da Bacia do Jacuípe, junto a SEPRMI⁶/SPM⁷-BA e a SPM/PR⁸ e outras instancias governamentais e civis.



Durante as comemorações do Dia 08 de Março, grupo de mulheres se reuniram com a Sepromi para reivindicarem uma atitude mais proativa

Através da articulação do Fórum de Mulheres que atualmente está composto por 6 organizações⁹, o programa tem estabelecido uma forte parceria com outras organizações e instituições a exemplo do Núcleo de Estudos de Gênero da UNEB – Campus XIV, para debater e encaminhar questões relativas às políticas de promoção da igualdade de Gênero e dentre elas o enfrentamento à violência contra as mulheres. Dentre as ações desenvolvidas por meio dessa articulação, podemos destacar:

- A Caravana: Mulheres do Sertão da Bahia para o Mundo reunido em Belém do Pará, no Fórum Social Mundial – FSM/2009, onde as

⁶ Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade

⁷ Superintendência de Políticas para as Mulheres

⁸ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

⁹ Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Semiárida da Bahia, Rede de Produtoras da Bahia, Coletivo Regional de Mulheres da FATRES, Comitê de Mulheres da Bacia do Jacuípe, Movimento de Organização Comunitária e o GT de Mulheres da FETRAF-BA.

40 mulheres participantes se dividiram nas diferentes oficinas para trocar experiências e aprofundar o debate sobre temáticas presentes na plataforma de luta das mulheres da região: estratégias para construir um mundo de paz com relações mais iguais; acesso universal e sustentável aos bens comuns; preservação do planeta e seus recursos, especialmente a água, democratização do conhecimento e da comunicação; garantia da igualdade de gênero nas políticas públicas; garantia de segurança e soberania alimentar para os povos; ampliação e construção de estruturas democráticas nas organizações sociais.

- A Declaração da Assembléia de Mulheres no FSM 2009, documento que resultou da Assembléia de Mulheres realizada dentro do fórum, subsidia a luta das mulheres em várias partes do mundo e tem ajudado as mulheres das Organizações da região Semiárida da Bahia, a se prepararem para participar da Marcha Mundial das Mulheres – Ação 2010, entendendo que a solidariedade entre as mulheres, a coletivização de suas plataformas de luta é uma forma de lutar pela transformação de suas vidas e da sociedade, fortalecendo sua auto-organização, o diálogo e a articulação das lutas junto a outros movimentos sociais.
- A audiência pública com a SEPRONI¹⁰-BA por ocasião da mobilização do “Março Mulher”, paralelo à Caravana das Mulheres para o Centro Administrativo da Bahia, que foi um momento de negociação da Carta Política das mulheres, elaborada coletivamente pelas organizações que compõem o Fórum. Como resultado, foi criada uma Comissão de Acompanhamento / monitoramento da implementação das políticas para as mulheres no âmbito das secretarias de governo do estado da Bahia.
- A negociação e aprovação do Projeto Saberes e Sabores do Sisal que busca no âmbito do Território da Cidadania do Sisal contribuir para a transformação da vida das mulheres trabalhadoras rurais, capacitando-as e instrumentalizando-as para a produção e a comercialização dos artigos produzidos, bem como para a articulação política, participação social e atuação em

¹⁰ Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade

rede, contribuindo diretamente para seu empoderamento financeiro.

2.4. Prevenção e enfrentamento à Violência contra as mulheres e difusão da lei Maria da Penha

Essa é uma das novas estratégias de trabalho assumida pelo MOC dentro do programa de Gênero, na perspectiva de fortalecer com as organizações de mulheres da região, a luta pela defesa do direito das mulheres a uma vida sem violência. É sabido, que as agressões domésticas e sexistas são praticadas contra as mulheres pelos irmãos, pais, padrastos, maridos e companheiras/os, e ainda são vistas, por muitas pessoas, como naturais, o que sinaliza um grande desafio para as mulheres, visto que desnaturalizar essa prática pressupõe romper com uma cultura arraigada.



Durante oficinas, mulheres debatem o direito à uma vida sem violência

Acreditamos que um outro modelo de relações entre os gêneros, emerge na nossa sociedade, onde a Violência contra a Mulher seja vista e enfrentada como violação dos direitos humanos, e ainda, que possamos cultivar relações entre homens e mulheres que supere o machismo e a submissão feminina.

A partir dessa estratégia foi desencadeado um processo de formação de multiplicadoras locais e comunicadores/as sociais sobre as políticas de prevenção e enfrentamento a violência contra a mulher e divulgação da Lei Maria da Penha. Na parceria com as organizações de mulheres e ou mistas em 13 municípios, destacamos como resultados:

- 93 Lideranças Femininas, 15 Educadores/as e 27 Comunicadoras/es Sociais foram capacitadas/os nas Jornadas Formativas Regionais e desenvolveram em seus municípios um processo de sensibilização e

mobilização social, de divulgação da Lei Maria da Penha e Prevenção e Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

- 390 pessoas foram capacitadas nos 13 municípios de atuação do projeto. Essa mobilização nos municípios tem proporcionado momentos de debate com a sociedade civil e poder público provocando uma maior responsabilização e comprometimento na perspectiva de transversalizar o tema e criar instrumentos que possam prevenir e coibir os atos de violência sofrida pelas mulheres.
- Articulação das organizações de mulheres e ou afins a partir do Fórum Interterritorial de Mulheres da Região Semiárida da Bahia, num processo de qualificação para a ocupação de espaços políticos que discutem, elaboram e decidem sobre seus interesses e demandas.
- Realização da campanha de divulgação da Lei Maria da Penha nos 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, mobilizou homens e mulheres nos 13 municípios de atuação do projeto na participação de atividades como debates, palestras, exibição de filmes, produção e veiculação de spots nas rádios comunitárias, campanha do laço branco. Esse processo de divulgação teve um momento preparatório no qual as mulheres e comunicadores/as sociais definiram as estratégias e parcerias. A realização da campanha envolveu, além das organizações femininas, as escolas, associações, poder público municipal, PETI, STRs, rádios comunitárias e outros atores e atrizes sociais comprometidos/as com uma vida sem violência para as mulheres.
- Realização das Campanhas Radiofônica de divulgação da Lei Maria da Penha, fomentando a Prevenção e Enfrentamento da Violência contra a Mulher, veiculada em 18 Rádios Comunitárias enfatizando as diferentes formas de violência sofrida pelas mulheres e na divulgação do disque 180, como um dos mecanismos de enfrentamento a violência. A campanha atingiu uma média de 18.000 pessoas e teve dentro das organizações de mulheres e mistas boa aceitação, por considerarem a relevância do tema não apenas para a vida das mulheres, mas para a família e a sociedade.

- A participação de 30 mulheres das organizações que compõem o Fórum na audiência pública em Salvador com órgão do governo estadual e a convidada especial Maria da Penha para discutir o instrumento legal batizado com seu nome, como forma de coibir e prevenir as diferentes formas de violência contra as mulheres.

2.5. Assessoria, planejamento, monitoramento e avaliação das ações propostas e implementadas pelas organizações locais e regional de mulheres na perspectiva do seu fortalecimento institucional.

Nesta perspectiva de ação com foco no planejamento, monitoramento e avaliação das ações junto às organizações de mulheres, destaca-se o esforço de cada uma das entidades para planejar suas ações com base na realidade diagnosticada, a partir da instalação das vozes das mulheres na base enquanto sujeitos pensantes e por isso capaz de colaborar com os processos da organização.

No que concerne esse processo, é possível destacar como elementos importantes a conclusão do Plano Estratégico de Ação e do Plano de Comunicação Institucional do MMTR Regional, e os planos de trabalho de 8 MMTRs municipais.

A implementação dos 2 planos territoriais (Sisal e Bacia do Jacuípe) de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres com o apoio da SPM/PR através do Projeto: Mulheres Sertanejas na luta pela Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Redefinição dos espaços estratégicos para representatividade e intervenção das mulheres nas políticas públicas, com ênfase para os GTs dos Conselhos Territoriais do Sisal e da Bacia do Jacuípe, na perspectiva da construção e ou requalificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável contemplando a dimensão de gênero. Para tanto, se apóia a constituição de um espaço onde as mulheres se

fortaleçam no debate acerca das políticas públicas que lhes asseguram direitos.

3. AS PARCERIAS CONSTRUINDO SOLIDARIEDADE

O Programa de Gênero / MOC reconhece as mulheres trabalhadoras rurais como sujeitos de direito e as elegeu como público prioritário de suas ações, porque acredita na sua auto-organização como estratégia de superação da opressão feminina da qual as mulheres estão submetidas. Para desenvolver o conjunto de ações o MOC conta com a efetiva parceria das várias organizações sociais femininas e mistas, instituições de ensino e pesquisa e órgãos públicos, tanto no nível local, quanto regional e estadual (relação nos anexos), que ajudam o MOC no cumprimento de sua missão de contribuir para o desenvolvimento integral, participativo e ecologicamente sustentável do semi-árido baiano.

A rede de organismos sociais constituídas na região Semiárida da Bahia tem trazido resultados significativos sócios político e econômico na vida das mulheres trabalhadoras rurais. Através dessas parcerias estabelecidas, as mulheres vêm consolidando uma luta de protagonismo social, fortalecimento de sua autonomia, reconstrução da suas histórias de vida e acesso aos direitos que de direito lhes pertencem.

4. OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS COMPARTILHADAS

A caminhada trilhada pelo MOC junto às organizações de mulheres e mistas, na perspectiva do empoderamento feminino, não obstante as conquistas alcançadas, traz ainda grandes desafios no que concerne o efetivo acesso das mulheres às políticas públicas.



Trabalhadoras rurais estiveram participando do Fórum Social 2009 para defender os seus direitos

Entendendo a complexidade da participação social das mulheres na construção, acesso e controle das políticas, queremos compartilhar elementos desafiadores, mas para os quais buscaremos somar esforços para superá-los:

- A necessidade de capacitação de novas lideranças capazes de interferir nos espaços onde são tomadas decisões sobre as políticas públicas, assim como fomentar o diálogo com o poder público municipal, estadual e nacional através das Secretarias e Ministérios, para acelerar a implementação das ações/políticas previstas nos Planos Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Dar continuidade aos processos de intervenção e monitoramento das políticas públicas assim como o controle social das propostas apresentadas pelas mulheres nas audiências públicas municipais que foram contempladas no PPA – Plano Plurianual 2010–2013 e que devem ser inseridas na LDO e na LOA para que sejam executadas, sem perder de vista a possibilidade de emendas parlamentares para garantia de dotação orçamentária;
- Encontrar meios de promover a sustentabilidade e fortalecimento das organizações de mulheres a partir das capacitações/formações sobre captação de recursos e autogestão;
- Monitorar a implementação das ações/políticas previstas no Plano Estadual e Nacional de Políticas para as Mulheres inclusive os pactos estadual e nacional de enfrentamento a violência contra as mulheres;
- Fortalecer a participação das mulheres na dinâmica do desenvolvimento territorial através dos Conselhos Territoriais, por compreendê-lo como um espaço estratégico de decisões políticas negociadas com os vários órgãos governamentais e civis, onde pode ser instalada a voz das mulheres junto a outros sujeitos sociais.

Deve-se considerar que os desafios aqui mencionados são fatores que impulsionam o compromisso do MOC através do programa de Gênero a continuar na luta, para que homens e mulheres tenham igualdade de

oportunidades na participação dos espaços de decisão para o acesso e construção de políticas que definam os rumos de suas vidas.

Frente aos desafios, permaneceremos com as mulheres na luta buscando meios para que o empoderamento sócio político e econômico feminino se consolide com a ocupação das mulheres nos espaços de decisão política para garantir que suas demandas.

O trabalho do MOC com as organizações de mulheres trabalhadoras rurais e mistas, tem sido para garantir que a participação das mulheres na elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres¹¹ não seja em vão, mas para que esse plano seja instrumento norteador para a implementação de políticas públicas que venham atender as demandas das mulheres. A partir da iniciativa do MOC em apoiar e acreditar na luta das mulheres, elas deixam de ser meras espectadoras passivas e assumem uma posição de protagonistas e sujeitos de direito capazes de promover alterações à suas realidades.

3. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O MOC tem aprendido muito nessa caminhada com as mulheres, com suas especificidades, com a coragem e a bravura de quem tinha um caminho a construir, pois não lhe seria dado pronto, e, ao construir esse caminho encontrar um jeito de por ele caminhar, tendo a clara convicção de onde desejavam e ou desejam chegar.

A cada ano, concluímos que valeu e vale a pena caminhar juntas/os, e por isso renovamos a esperança e o sonho de poder continuar caminhando, avançando na perspectiva de que vida digna não pode ser privilégio de alguns, mas direito de todos/as. É assim que vamos reforçando nossos compromissos, reafirmando nossos ideais e moldando esse mundo num lugar melhor para que todos/as possam dignamente viver.

Para fazer valer a democracia participativa que a Constituição brasileira de 1988 prevê, não basta sua prescrição na lei, é preciso que cada cidadão e cada cidadã ocupem os espaços legítimos de participação democrática para o efetivo e verdadeiro exercício da cidadania, sendo

¹¹ Por ocasião da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2007.

essa estrada considerada viável e necessária para a construção de uma nova ordem social e econômica.

A insistente luta por um Sertão Justo, tem movido o MOC junto às organizações sociais de mulheres e mistas na construção de políticas públicas e acesso aos direitos. E, como bem diz o canto cantado na mística de labuta das mulheres: “essa luta não é fácil, mas precisa acontecer”, pois somente organizadas, participando, interferindo, é que as mulheres vão fazer seus direitos valer.

PROJETO ESPECIAL DE JUVENTUDE

É com base na concepção democrática de realização e acesso as políticas públicas, e com vista numa clara defesa dos jovens como sujeitos de direitos, que os caminhos percorridos durante o último ano através das iniciativas focalizadas nos segmentos juvenis da região semiárida da Bahia que o **Projeto Especial de Juventude do Movimento de organização Comunitária (MOC)** tem orientado e implementado suas ações.



A formação juvenil voltada para a intervenção nas políticas públicas se justifica a partir da realidade histórica dos municípios da região, onde as decisões envolvendo a implementação de políticas públicas, são marcadas por conflitos em torno dos recursos e bens públicos. Nesse sentido, nossas ações perpassam pelo empoderamento dos sujeitos para sua atuação qualificada nos processos e espaços de negociação, gestão, discussão e formulação dessas políticas.

Uma das razões que reforçam a importância da interferência nas Políticas Públicas pela juventude é que as políticas setoriais (educação, saúde etc.) não contemplam a juventude em sua total conjuntura. Os jovens são beneficiados pelas políticas destinadas a todos, com pouquíssimas exceções as que são voltadas as suas especificidades.

No ano de 2009, juntamente com os poderes locais (poder público e sociedade civil), demos alguns passos no sentido de consolidar algumas políticas públicas que viabilize a sustentabilidade econômica, cultural, social, política da juventude através da parceria com o Coletivo Regional de Juventude e Participação Social (CRJPS), desenvolvemos o **Projeto Participação Juvenil no Orçamento Público**, onde pudemos promover momentos estratégicos com gestores públicos, e elaboramos e apresentamos as Leis Orçamentárias (LOA's) propostas de emendas que aglutinam idéias, sonhos, recursos em políticas voltadas para o desenvolvimento da juventude.

Entendemos que estes, ainda são passos curtos, mas que já são iniciativas importantes que inauguram uma nova era nas entidades e nos municípios baianos, uma era onde a juventude passa a se mobilizar e se articular para criar oportunidades de praticar a cidadania, através do controle social numa dimensão regional a partir de cada município e de cada comunidade.

Noutra dimensão, a equipe tem atuado na qualificação de jovens quanto a percepção de oportunidades, bem como o domínio de habilidades para criar e/ou se inserir em iniciativas geradoras de trabalho e renda existente nos municípios da região. Além de ingressarem nas

organizações municipais e regionais. Estes aspectos (1. Geração de trabalho e renda; 2. Participação social e política.) foram centralmente os principais focos da intervenção do Projeto Especial de Juventude em 2009.

Embora pesquisas recentes do IPEA apontem que a entrada da juventude no mercado de trabalho tem aumentado a população juvenil do semi-árido baiano ainda não possui acesso a oportunidades concretas de geração de trabalho e renda e as políticas públicas que estruturam sua cidadania.

IMPACTOS E RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2009

O Projeto especial de Juventude teve como meta principal em seu Plano de Ação a qualificação de **30 jovens rurais** para empreendedorismo juvenil na agricultura familiar em **10 municípios dos territórios Sisal e Bacia Jacuípe**. Este plano tem como elemento estruturante a execução do **Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia**, apoiado pela **Fundação CITI**.

O Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia têm como objetivo formar jovens para o desenvolvimento de experiências de empreendedorismo social e para a auto-representação da juventude nas entidades sociais, escolas públicas e espaços político-institucionais de controle social das políticas públicas.

Assim suas ações se direcionam para a formação empreendedora dos jovens e para sua inserção e, por conseguinte, o fortalecimento organizacional dos segmentos juvenis dos 10 municípios do semi-árido baiano.

QUALIFICAÇÃO JUVENIL PARA EMPREENDEDORISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Um dos maiores desafios das organizações que trabalham com

juventude na região, é promover ações que desencadeiem em oportunidades efetivas de geração de renda para a juventude.

Num contexto onde a principal fonte de emprego são as prefeituras municipais, a juventude se vê diante do grande desafio que é garantir sua sustentabilidade, sem comprometer sua identidade política.

Dessa forma, procuramos assegurar à inserção produtiva dos jovens no meio rural incentivando-os a não apenas criarem, mas também se inserirem em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes na região.

As oficinas formativas mostram a eles/as que bem mais que criar oportunidades de renda, mas transformar a sua vida e o meio em que vivem em oportunidades de alcançar a sustentabilidade.

A partir das ações do Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia, alguns jovens vêm acessando créditos do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do COGEFUR – Conselho Gestor de Fundo Rotativo, e investindo nas suas propriedades em atividades agrícolas e não agrícolas.

O jovem **George das Virgens Santos** do município de **Riachão do Jacuípe**, por exemplo, que acessou o PRONAF Jovem e está investindo na criação de galinha caipira e suínos.



Na foto, Josiane participa de debate no Coletivo de Jovens de Valente

A jovem **Josiane Silva**, do município de **Valente**, que está investindo a produção e comercialização de doces e beiju recheado em sua comunidade.

FORTALECIMENTO ORGANIZACIONAL DOS SEGMENTOS JUVENIS DO SEMI-ÁRIDO BAIANO

A ação do Projeto Especial de Juventude, procura direcionar suas ações para que lideranças juvenis tornem-se referências em famílias, em suas comunidades, em suas escolas, em seus municípios e assim sucessivamente. Assim, através do Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia, temos 27 jovens *(90% do público do projeto)* **desenvolvendo práticas de planejamento e coordenação de ações sócio-formativas** voltadas para grupos juvenis locais, associações comunitárias, escolas e conselhos gestores municipais.

Essas ações são parte integrante dos **PAM-J – Planos de Ações Municipais de Juventude**, constituídos em 10 municípios, e composto de atividades educativas como palestras, cursos, oficinas, e dias de estudos sobre temas como educação do campo, cultura, geração de trabalho, renda e protagonismo juvenil, etc.

O objetivo dessas ações é a disseminação de conhecimentos e aprendizados para outros jovens, além de possibilitar o ingresso, a partir disso, da juventude nas organizações da sociedade civil dos municípios, bem como nos espaços de discussão e gestão de políticas.

O jovem **Laudécio Carneiro da Silva**, morador da comunidade de **Lagoa Grande**, no município de **Retirolândia – BA**, antes de ingressar no Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia, não estava inserido em nenhum outro tipo de formação, nem participando de nenhum espaço de discussão e gestão de políticas. Hoje, o mesmo já se inseriu na universidade (UNEB – Universidade do Estado da Bahia), onde estuda o curso de Comunicação Social, desenvolve a função de Coordenador do Núcleo de Gestão da AMAC – Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura. Também é um dos coordenadores do Coletivo Municipal de Jovens de Retirolândia e é um dos membros do Conselho Municipal de Juventude.

Um outro exemplo:

O jovem **Josevaldo Santos de Pinho** da comunidade de **Tapuio**, município de **Araci – BA** que antes de seu ingresso no projeto, tinha como objetivo

mudar-se para São Paulo – SP, em busca de oportunidades de emprego. Hoje, o mesmo é o responsável pela criação da **Lan House Coletiva da Juventude**, projeto financiado pela **ASCOOB Coperar de Araci – BA**, com a finalidade de gerar de renda para jovens na comunidade.

A equipe avançou bastante na relação com as entidades parceiras, principalmente no que se refere aos conflitos entre lideranças juvenis e sindicais.

Conseguimos estabelecer um contato freqüente com a Secretaria de Jovens da FATRES, o que vem permitindo a criação de estratégias de trabalho conjunto.

JORNADA NACIONAL

A **Jornada Nacional do Jovem Rural** é um evento realizado pela **Rede de Fortalecimento Institucional do Jovem Rural (RFIJR)**, que por sua vez, constitui-se enquanto um projeto coletivo formado por **seis organizações sociais**. Sendo elas: Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR SUL); Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR); Movimento de Educação Promocional do Estado do Espírito Santo (MEPES); **Movimento de Organização Comunitária (MOC)**; Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA).



Apresentação do grupo de teatro de Nordestina durante a III Jornada Nacional do Jovem Rural

O objetivo da parceria é promover ações de cooperação e defesa conjunta da causa do jovem rural brasileiro.

Além da Jornada Nacional do Jovem Rural, a rede também promove o Intercâmbio da Juventude Rural Brasileira e a Câmara de Juventude

Rural, em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

A **IIIª Jornada Nacional do Jovem Rural** aconteceu no período de 22 a 25 de setembro de 2009, no município de **Glória do Goitá**, zona da Mata do estado de **Pernambuco**, com encerramento em Olinda (PE).

O evento reuniu 800 jovens rurais de todos os estados brasileiros, onde discutiu-se o tema **Trabalho e Sustentabilidade do Campo**. O encontro teve como objetivo favorecer a integração de jovens rurais e estabelecer uma rede focada no empreendedorismo.

O MOC esteve representado no evento por 80 participantes, jovens membros dos 26 coletivos municipais de jovens, e representantes de entidades e movimentos organizados parceiros (APAEB, AMAC, MMTR e FATRES, Cooperjovens).

A jornada foi composta por **painéis, minicursos, oficinas e grupos de trabalho** que movimentaram as dependências do **Serviço de Tecnologia Alternativa** (Serta), entidade anfitriã.

OLHAR SOBRE OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DO TRABALHO COM JUVENTUDE

Em 2010, O grande desafio da equipe de Juventude é conseguir novos projetos que garantam sua sustentabilidade na instituição MOC e de um modo geral, que continue viabilizando suas ações em prol da juventude na região.

Noutra perspectiva, o desafio é desenvolver projetos no campo do empreendedorismo juvenil, uma vez que nossos maiores referenciais são no campo da formação e atuação política, tornando-se necessário a intensificação nas ações prática e que deixem mudanças na vida dos sujeitos.

Acreditamos que o desafio da formação política continua, porém agora, numa outra perspectiva, a de consolidar políticas públicas específicas

para a juventude através da negociação e dialogo permanente com os poderes públicos e da atuação qualificada nos espaços de definição, discussão e controle social dessas políticas.

Os impactos gerados no âmbito da participação juvenil nos espaços e nas políticas públicas locais estão cada vez mais evidentes na região. Uma evidência disso é crescente autonomia do **CRJPS - Coletivo do CRJPS - Coletivo Regional de Juventude e Participação Social**, conquistando seus próprios projetos, se inserindo em espaços estratégicos de definição e controle social de políticas públicas (exemplo: CEJUVE - Conselho Estadual de Juventude); A inserção de jovens em oportunidades de geração de trabalho e renda, nas entidades da sociedade civil (em cargos de decisão) e poder público, através de convites ou seleção pública.

Os jovens estão construindo projetos de vida voltados para o meio rural, acessando programas governamentais de apoio a juventude; Muitos estão se ingressando no ensino superior com perspectiva de contribuir para o desenvolvimento dos territórios rurais.

Os Coletivos de Jovens vem mudando a vida de milhares de sujeitos sociais que se organizam e se capacitam em prol do desenvolvimento comunitário e por uma sociedade mais justa e mais humana.

Nosso trabalho vem contribuindo para que estes jovens se percebam enquanto sujeitos capazes de produzir conhecimento, e de serem agentes de desenvolvimento local, numa perspectiva de melhoria de suas vidas e do meio em que estes vivem.

ANEXOS

PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

Ações	Atividades	Número de atividades	Média de participantes	Total de participantes
-------	------------	----------------------	------------------------	------------------------

Sensibilizar a CGMR e a CEM quanto às questões de políticas públicas hídrica para a inserção e discussão do eixo temático do CODES.	Capacitação com as CEM's sobre Ciclo Orçamentário	2	20	20
	Reunião com a Comissão Gestora Microrregional	3	12	12
	Reunião com as comissões executivas municipais	8	3	24
	Encontro Microrregional da ASA	1	30	30
Famílias acessando água de qualidade para beber e cozinhar.	Curso de capacitação em GRH para as famílias contempladas com as cisternas.	57	30	1710
	Capacitação com os agentes comunitários de saúde	15	30	405
	Capacitação com os jovens do coletivo para serem multiplicadores dos cursos de GRJH	1	35	35
	Reunião com a comunidade e os pedreiros para início da construção	57	30	1710
	Monitoramento de equipe	10	9	9
	Recapacitação em GRH	8	25	200
	Construção de Cisternas para consumo humano	2.166	30	10.830 pessoas com acesso a água de qualidade
Dirigentes, técnicos, lideranças e agricultores conhecendo e sendo incentivados a implantação técnicas de captação de água para produção no semi-árido.	Visita de intercâmbio com as lideranças e agricultores que receberam as cisternas para produção.	3	20	60
Agricultores e agricultoras rurais acessando água para produção e dessedentação dos animais.	Capacitação de pedreiros na técnica de construção de cisterna calçadão	2	10	20
	Capacitação de pedreiros na técnica de construção de cisterna para produção.	1	10	10
	Reunião com os pedreiros e comunidade para início da construção	2	20	40
	Monitoramento com a comissão, jovens e técnicos para planejamento das ações.	4	5	10

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO

LINHAS DE AÇÃO	AÇÕES	ATIVIDADES	Nº DE ATIVIDADES	MÉDIA DE PARTICIPANTES	TOTAL DE PARTICIPANTES
Assessoria e qualificação da cobertura jornalística do semiárido	Capacitação de jornalistas e estudantes e apoio à cobertura jornalística	Coletiva de Imprensa	01	30	30
		Visitas de cobertura e acompanhamento de visitas de jornalistas	03	06	18
		Palestras e debates com estudantes de comunicação	01	40	40
	Assessoria à imprensa e comunicação institucional	Oficinas de capacitação e reuniões do Grupo de Trabalho de Comunicação do MOC	06	08	48
		Produção do Boletim Informativo MOC	44	1.200	2.135¹²
		Elaboração e envio de releases e sugestões de pauta	40	250	250¹³
		Produção de matérias para o site institucional do MOC	79	-	-
		Produção e envio	10	40	40¹⁴

¹² Refere-se ao número de assinantes do boletim eletrônico.

¹³ Refere-se ao número de jornalistas e veículos cadastradas no mailing.

¹⁴ Refere-se ao número de rádios cadastradas no mailing para recebimento das reportagens radiofônicas.

		de reportagens radiofônicas			
		Produção do boletim de experiências Bocapiu	01	-	-
Comunicação Comunitária	Fortalecimento da Abraço Sisal	Oficinas de Planejamento, monitoramento e avaliação final	03	25	75
		Oficinas de Intercâmbio entre comunicadores comunitários	01	30	30
		Oficina de capacitação técnica e de conteúdo	06	25	150
		Visitas de assessoria junto à Abraço Sisal	05	05	25
		Visitas técnicas às rádios comunitárias em parceria com a Abraço Sisal	03	08	24
		Oficinas de capacitação em internet com Abraço-Sisal e Agência Mandacaru	02	12	24
	Fortalecimento da Agência Mandacaru de Comunicação e Cultura	Oficinas técnicas e de conteúdo em comunicação comunitária e radiojornalismo	08	20	160
		Oficinas de planejamento, monitoramento e avaliação	03	15	45
		Oficina de capacitação em internet	01	05	05
		Oficina para construção de projetos	01	04	04

		Oficina sobre economia solidária	01	15	15
		Visitas de assessoria	06	04	24
		Reuniões de produção de pautas/peças de comunicação	05	05	25
	Fortalecimento da comunicação de entidades regionais do movimento social	Reunião de planejamento de comunicação com a diretoria do Codes Jacuípe	02	08	16
		Visitas de assessoria aos Codes Jacuípe	02	20	40
	Estimular o debate territorial da democratização da comunicação	Reuniões do Comitê Regional pela Democratização da Comunicação	02	08	15
		Seminário interterritorial de Comunicação	01	100	100
Educomunicação do Campo	Capacitação de educadores do campo em educação	Encontros de planejamento, monitoramento e avaliação final	03	25	75
		Oficinas municipais na linguagem rádio	02	23	46
		Oficinas municipais na linguagem jornal impresso e jornal mural	03	18	54
		Oficinas para produção de programas de rádio com participação de crianças, adolescentes e educadores	02	25	50
		Visitas de assessoria nas escolas municipais	07	05	35
	Sensibilização	Reuniões	03	04	12

	de gestores públicos e comunicadores	municipais com gestores públicos (secretários de educação, coordenadores e diretores de escolas municipais)			
--	---	--	--	--	--

PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE

LINHAS DE AÇÃO	AÇÕES	ATIVIDADES	Nº DE ATIVIDADES	MÉDIA DE PARTICIPANTES	TOTAL DE PARTICIPANTES
Criação e fortalecimento da REDE regional de Políticas DCA	Estímulo e mobilização às Organizações Sociais para a criação e o fortalecimento da Rede Regional de DCA;	Encontros territoriais com o CMAS sobre SUAS/PNAS/SGD	3	40	131
	Assessoria às Organizações Sociais e Lideranças dos Territórios (Sisal e Jacuípe) sobre DCA;	Seminários regionais sobre o SGD	2	150	303
Sensibilização municipal para elaboração de Políticas DCA	Sensibilização e assessoria sobre DCA;	Oficinas de fortalecimento da rede pro-infância.	28	25	700
	Assessoria e monitoramento dos Planos Municipais da Criança e do Adolescente;	Oficina de com representantes da sociedade civil	14	30	420

	Mobilização e capacitação da REDE, envolvendo lideranças, famílias e crianças.	Oficinas de capacitação com conselheiros do CMDCA e CT do sisal e Jacuípe	28	25	700
	Fortalecimento e capacitação de CMDCA e CT;	Capacitação de conselheiros do CMDCA e CT	62	30	1.952
		Capacitação com Adolescentes sobre o SGD	31	25	792
		Oficinas com famílias sobre os males causados pelo T. Infantil	42	25	1050
		Oficina com conselheiros sobre Orçamento e FIA.	14	15	210
		Oficinas de elaboração e monitoramento dos PMA do CMDCA	28	15	420
Inserção do Moc e das Organizações Sociais regionais em espaços de construção da Política de DCA	Proposição e Acompanhamento da construção de Políticas Públicas para criança e adolescente;	Reuniões do Conselho Estadual da Criança e Adolescente – CECA.	12	–	–
		Reunião do FNDCA	01	–	–
	Fortalecimento e capacitação de CMDCA e CT	Reunião do FEDCA	02	–	–
		Reuniões do Comitê Estadual	06	–	–

		do Pacto Um Mundo para a Criança e o Adolescente do semi-árido			
--	--	---	--	--	--

Linhas de Ação	Ações	Atividades	No. De atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Formação em educação do campo integral de Equipes Pedagógicas Municipais e educadores do campo	Assessorar Equipes Pedagógicas Municipais do Projeto CAT.	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações do Projeto CAT com Equipes Pedagógicas Municipais	06	57	57
		Encontros de Avaliação e Planejamento de unidades escolares	07	40	243
		Oficinas Temáticas Municipais	10	30	300
		Reuniões de Assessoria MOC/UEFS	18	10	10
		Curso sobre Pátios Escolares Produtivos	06	32	192
	Assessorar Coordenação Municipal do Projeto Baú de Leitura.	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações do Projeto Baú de Leitura com Coordenadores Municipais	05	33	33
		Encontros de Formação inicial e sensibilização de educadores, coordenadores e	5	40	190

		diretores escolares para atuarem com o Projeto Baú de Leitura			
		Encontros de Formação continuada de estudos e aprofundamento da metodologia do Projeto Baú de Leitura com educadores.	12	40	462
	Assessorar Coordenação Municipal das Ações Socio-Educativas do PETI (ações complementares à escola.	Encontros de Monitoramento, Avaliação e Planejamento das ações da Jornada Ampliada com Coordenadores Municipais	01	45	45
		Curso de Formação de Agentes das Ações Sócio-Educativas	04	45	102
		Curso de Formação das Comissões Municipais	01	30	30

Linhas de Ação	Ações	Atividades	No. de atividades	Média de Participantes	Total de Participantes
Formação e articulação do Poder Público e das Entidades da Sociedade	Assessorar Gestores públicos e representações/	Reuniões com Entidades Regionais – Pólos Sindicais e FATRES –	22	15	160

Civil na construção e monitoramento de Políticas Públicas de Educação do Campo.	organizações da Sociedade Civil.	para planejamento das Ações de Educação do Campo			
		Reuniões de Acompanhamento do CODES e ações do GT de Educação	18	15	45
		Reunião de Sensibilização de Secretários de Educação	02	20	40
		Intercâmbio Interestadual (Bahia e PE) de Educação do Campo	01	45	45
		Reuniões Municipais de monitoramento das ações de educação do campo com secretários, soc. Civil, conselheiros.	6	25	150
		Formação de Conselheiros Municipais de Educação	02	30	59
		Formação dos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar - CAE	02	45	48
		Formação de Diretores Escolares para Gestão	06	45	256

		Democrática			
		Visitas Municipais de monitoramento das ações de Educação do Campo	32	20	640
Participação em espaços e redes de discussão e definição de Políticas Públicas de Educação do Campo	Representação o institucional do MOC	Assembléias e Reuniões do FEEC e RESAB	12	03	03
		Reuniões da Campanha Nacional pelo Direito a Educação	03	03	03
		Reuniões da comissão organizadora da Conferência Estadual	10	01	01
		Conferências Municipais, Territorial e Estadual de Educação	05	04	04
		Encontro Estadual de Classes Multisseriadas	01	02	02
		Caravana Bahia Livre do Trabalho Infantil (OIT/UNICEF)	02	02	02
		1º Encontro Baiano de Tecnologias Sociais da Bahia	01	01	01
		1ª Feira Estadual	01	01	01

		Feminista de Economia Solidária da Bahia			
		Reuniões da COMPETI	02	02	02
Fortalecimento de Parcerias para o desenvolvimento de ações em educação do campo	Contribuir com parceiros na implementação de ações de educação do campo	Intercâmbio sobre Água entre crianças e adolescentes de Valente e Salvador (CESE/MOC)	02	90	90
		Produção de desenho animado pelas crianças do CAT e Baú de Leitura (ASA/MOC)	01	30	30
		Formação de professores em educação do campo (CAA/MOC)	02	60	60

PROGRAMA DE GÊNERO

LINHAS DE AÇÃO	AÇÕES	ATIVIDADES	Nº DE ATIVIDADES	MÉDIA DE PARTICIPANTES	TOTAL DE PARTICIPANTES
Fortalecimento político e gerencial das organizações de mulheres rurais para interferir em políticas públicas; & junto aos programas e transversalidade de gênero projetos do MOC e seus	Formação política de lideranças femininas, monitoramento e avaliação das ações implementadas junto às organizações de Mulheres.	Encontros regionais de seguimento e avaliação e da implementação das ações de políticas públicas setoriais (saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho e renda)	01	50	50
		Encontro estadual de seguimento e avaliação e da	01	37	37

públicos de atuação.		implementação das ações de políticas públicas setoriais (saúde, educação, documentação civil, geração de trabalho e renda)			
		Visitas comunitárias das lideranças das organizações de mulheres para mobilização dos grupos de interesse para o acesso aos serviços e políticas setoriais (saúde, documentação civil, educação, geração de trabalho e renda)	09	30	270
	Inserção das mulheres nos espaços estratégicos de construção e decisão política, com ênfase nos PPAs municipais /09.	Audiência pública regional para apresentação e negociação das propostas de políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do	01	50	50

		governo.			
		Audiência pública estadual para apresentação e negociação das propostas de políticas públicas de interesse das mulheres com os movimentos sociais e setores do governo.	01	37	37
		Monitoramentos intermunicipais para acompanhar a intervenção e negociação das propostas apresentadas pelas mulheres nas audiências públicas locais e regionais;	02	09	18
		Visitas das líderes do MMTR e das secretárias e coletivos de mulheres aos programas de rádio e imprensa local para divulgação de suas ações em relação ao processo de construção, negociação e acesso aos direitos.	06	02	12
		Produção e distribuição de	05 (veicula da em	1.000	18.000

		campanhas radiofônicas de sensibilização para a sociedade civil local sobre as demandas e propostas das mulheres rurais.	18 rádios comunitárias)		
	Assessoria, monitoramento e avaliação das ações propostas e implementadas pelas organizações locais de mulheres na perspectiva do seu empoderamento.	1 Oficina do Bocapiu de Leitura para incentivar as mulheres a prática da leitura prazerosa e dinâmica nas suas atividades de base e acesso aos programas de alfabetização.	02	35	35
		Avaliações municipais para sistematizar as conquistas, avanços e desafios na vida das mulheres da região semi árida da Bahia.	09	30	270
		Oficinas de elaboração e monitoramento do planejamento estratégico das Organizações de Mulheres MMTR e Col. De Mulheres.	02	30	30
		Oficinas regionais com as mulheres rurais e suas famílias sobre relações sociais de gênero e sobre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo.	02	50	50
		Reunião do Fórum	01	20	20

	<p>mobilização em prol do fortalecimento do Fórum de Mulheres do Semi-árido da Bahia.</p> <p>Articulação das organizações de mulheres com outros atores sociais na construção e negociação de políticas públicas.</p>	<p>das Organizações de Mulheres da Região da Semi-Árida da Bahia para construção/planejamento e avaliação da agenda política de luta pelos direitos das mulheres e ocupação de espaços estratégicos</p>			
		<p>Audiência pública Estadual das organizações de mulheres com a SEPROMI – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para apresentar e negociar suas propostas através da carta política.</p>	01	50	50
	<p>Formação de multiplicadoras locais e comunicadores /as sociais</p>	<p>Jornadas formativas Regionais sobre conceituação de gênero e Violência, Lei Maria da Penha e mecanismo de enfrentamento a violência contra a mulher.</p>	03	45	135
	<p>sobre as políticas de prevenção e enfrentamento a violência contra a</p>	<p>Jornadas formativas municipais sobre Conceituação de Gênero e Violência, Lei Maria da Penha e Mecanismos de Enfrentamento a Violência contra a Mulher</p>	13	30	390
	<p>mulher.</p>	<p>Campanha de publicização da Lei Maria da Penha e</p>	01	100	1.300

	<p>Monitoramento e avaliação das ações propostas pelos planos locais e territoriais de enfrentamento e violência contra as mulheres.</p>	<p>sobre os demais Mecanismos de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres.</p>			
--	---	--	--	--	--

PROJETO ESPECIAL DE JUVENTUDE

LINHAS DE AÇÃO	AÇÕES	ATIVIDADES	Nº DE ATIVIDADES	MÉDIA DE PARTICIPANTES	TOTAL DE PARTICIPANTES
	Qualificação social e	01 Oficina	07	30	30

<p>Qualificação social dos jovens para sua inserção e fortalecimento dos movimentos Juvenis da região para a implementação de estratégias de ações de e com Juventude para o Desenvolvimento Territorial</p>	<p>profissionais dos jovens do núcleo central do Projeto Juventude e Cidadania no Sertão da Bahia.</p>	<p>sobre Gênero e Diversidade Étnica e Racial;</p> <p>01 Oficina sobre Plano de Ação Municipal da Juventude;</p> <p>01 Oficina para Identificação e Sistematização de Oportunidades de Geração de Trabalho e Renda para Jovens no Meio Rural.</p>			
	<p>Monitoramento e avaliação das ações de replicação dos conteúdos das oficinas do projeto</p>	<p>Encontros microrregionais de monitoramento dos trabalhos locais do núcleo central e troca de experiências.</p>	<p>08</p>	<p>30</p>	<p>30</p>

	junto as entidades municipais e comunitárias, grupos juvenis locais, escolas, conselhos gestores de políticas públicas.				
	Ações sócio-formativas com os grupos juvenis locais	Oficinas e dias de estudos para multiplicação de aprendizagens .	50	15	750
	Fortalecimento institucional dos Coletivos Municipais de Jovens	Encontros municipais de planejamento e avaliação das ações dos Coletivos Municipais de jovens	08	25	200
	Encontros regionais de intercâmbio e troca de experiências entre	Realização da Jornada Temática da Câmara da Juventude Rural	01	100	100

	juvens				
	Planejamento, avaliação da participação juvenil nos 02 eventos promovidos pela Rede Jovem Rural: A Jornada Nacional do Jovem Rural e o Intercâmbio Nacional da Juventude Rural Brasileira	Encontros interestaduais com representantes de 06 organizações de seis estados brasileiros que desempenham trabalho com jovens rurais, para planejamento da IIIª Jornada nacional do Jovem Rural	03	06	06
	Intercâmbio/trocas de experiências e discussão a cerca de políticas públicas voltadas para a juventude rural	Jornada nacional do Jovem rural	01	80	80

	brasileira				
--	------------	--	--	--	--

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Sub-programa	Ações	Atividades	Número de atividades	Média de participantes	Total de participantes
Assistência Técnica e Extensão Rural	Fortalecer as organizações para monitorar e qualificar a ATER nos territórios através da Reparte	Reuniões e evento de formação da REPARTE	03	20	60
		Encontro formação com as organizações	02	10	20
		Reuniões com Organizações	15	10	150
	Apoiar e assessorar os jovens experimentadores e multiplicadores de ações agroecológicas nas propriedades e comunidades.	Encontro de monitoramento municipal	84	11	924
		Cursos de convivência com o semiárido e agroecologia	12	30	360
		Intercâmbios a experiências exitosas	05	30	150
	Consolidar propriedades rurais como centro de difusão de práticas agroecológicas e convivência com	Elaboração de projetos de crédito PRONAF.	-	490	490
		Oficinas de planejamento e gestão das propriedades rurais	04	30	120
		Intercâmbio de experiência de armazenamento de água para produção	04	25	100
		Intercâmbio de experiência agroecológica de caprinocultura	08	35	280
		Intercâmbio de experiência exitosas em manejo de horticultura agroecológico	04	30	120
		Oficina de segurança alimentar	04	30	120
		Reuniões	231	20	4620

	o semi-árido com foco na cultura de estoque (água, sementes e forragens).	comunitárias			
		Encontros de agricultores/as experimentadores/as	05	15	75
		Visitas técnicas as comunidades e propriedades rurais	3050	-	-
		Implantação de Feira Agroecológica	02	50	50
		I Encontro Teritorial de Sementes Crioulas	01	45	45
		Curso formação em agroecologia	14	25	350
		Intercâmbio entre agricultores e agricultoras	06	30	180
		Construção de Barragem subterrânea	02	-	-
Acesso a Mercados	Contribuir para o fortalecimento da ARCO Sertão e Rede Produtora da Bahia e de seus filiados, visando a melhoria na sua organização social, política e econômica.	Assessoria Contábil e Gerencial	3	6	6
		Encontro regional para monitoramento do projeto;	1	30	30
		Apoio a Reunião do Conselho de Administração (Arco Sertão);	12	25	25
		Oficinas regionais sobre auto-gestão de EES;	2	30	60
		Oficinas municipais sobre auto-gestão de EES;	17	20	340
		Oficina para Elaboração de Planejamento Estratégico 2007 - 2009	1	30	30
		Reunião de Monitoramento de Planejamento Estratégico (carne);	2	30	30
		Monitoramento do Projeto com Jovens e Lideranças;	2	30	30

	Encontro Regional de apresentação e avaliação do projeto;	1	30	30
	Reuniões de monitoramento com colegiado dos EES;	2	30	30
	Oficinas regionais para elaboração, monitoramento e avaliação do plano de ação da RPB e seus EES filiados;	2	30	60
	Reunião de Monitoramento de Planejamento Estratégico (Arco Sertão);	1	30	30
	Oficinas locais para construção e avaliação do plano de ações e o diagnóstico dos EES;	14	15	210
	Oficinas regionais com jovens rurais e técnicos/as extencionistas sobre metodologia de ATER para mulheres rurais;	1	30	30
	Seminário regional sobre políticas de crédito e documentação (RPB);	1	30	30
	Oficina regional desigualdade de gênero e o desenvolvimento rural;	1	30	30
	Intercâmbio inter-territorial para conhecer experiência de EES auto-gestionário;	1	45	45
	Encontro de Intercâmbio de Experiência e Troca de Saberes, na perspectiva de rede (Arco Sertão);	6	45	270
	Encontros	10	30	300

		municipais para troca de experiências sobre trabalho em rede;			
		Oficinas comunitárias sobre agro ecologia e manejo sustentável da caatinga;	30	10	300
		Dias de campos comunitários sobre quintais produtivos agro ecológicos;	34	10	340
		Oficinas regionais sobre elaboração de Projetos de Capacitação de Recursos;	1	30	30
		Seminário territorial para conhecer e discutir as experiências de fundos solidários existentes nos Territórios do Sisal, Bacia do Jacuípe e Portal do Sertão;	1	40	40
		Doação de capital inicial do fundo rotativo solidário;	1	230	230
		Curso sobre autogestão e micro finanças solidárias;	1	30	30
	Incentivar e capacitar os EES da Agricultura Familiar para estruturar as cadeias produtivas com foco na agro ecologia (mel, carne, mandioca e fibras e palha)	Seminário Regional sobre Agricultura Familiar e Comercialização: Desafios e Perspectivas;	1	50	50
		Encontro Municipal para discutir a Agricultura Familiar local e incentivo a formação de grupos Produtivos;	5	30	150
		Cursos municipais sobre questões específicas da produção voltadas com vistas à	11	20	220

	certificação;			
	Visita de Assessoria e Acompanhamento Técnico (carne);	27	10	270
	Reunião para o mapeamento da produção e escalonamento da entrega de mel para beneficiamento;	2	30	60
	Reunião da Comissão de Encaminhamento de Mel para Beneficiamento;	12	25	300
	Curso de Formação em Apicultura – Módulo I (detalhar);	2	30	60
	Curso de Formação em Apicultura – Módulo II (detalhar);	1	30	30
	Curso de Formação em Meliponicultura;	2	30	60
	Reunião da Comissão de Encaminhamento de Animais para Frigorífico;	10	25	250
	Visita de Orientação e Acompanhamento Técnico;	36	10	360
	Oficina de Formação para Beneficiamento de Mel;	2	30	60
	Oficina de Técnicas para o Processo de Homogenização de Mel;	1	30	30
	Oficina de Formação para Beneficiamento de Cera Alveolada;	1	30	30
	Consultoria Técnica Especializada para Diversificação dos Produtos da Colméia;	1	30	30
	Consultoria Técnica Especializada no Processamento dos Produtos da	1	30	30

		Colméia, com Elaboração de Material Técnico;			
		Visita de Intercâmbio para Conhecimento de Funcionamento de Entrepasto de Mel;	1	30	30
		Curso para Apicultores;	3	30	90
		Visitas de acompanhamento técnico;	20	10	200
		Visita de Assessoria e Acompanhamento Técnico;	103	5	515
		Oficinas sobre qualificação da produção;	3	20	60
		Encontro de Intercâmbio de Experiência e Troca de Saberes;	5	45	225
	Assessorar e apoiar os EES para a inserção dos produtos nos mercados;	Oficina para elaboração do Plano de acesso a mercado interno/externo da RPB;	1	40	40
		Oficina para elaboração do Plano de acesso a mercado interno/externo da ARCO Sertão;	1	30	30
		Oficina para monitoramento do Plano de acesso a mercado interno/externo da RPB;	1	40	40
		Oficina para monitoramento do Plano de acesso a mercado interno/externo da ARCO Sertão;	1	30	30
		Oficina de Construção de Plano de Negócio (carne);	1	30	30
		Oficina de Construção de Plano	1	30	30

	de Negócio (mel);			
	Curso de Formação de Preços para Membros do Conselho de Administração e Gerência Administrativa;	1	30	30
	Estudo de Mercado de Produtos da Colméia, com ênfase no Mercado Institucional;	1	30	30
	Visita de Assessoria e Acompanhamento Técnico;	30	10	300
	Consultoria Técnica Especializada no Processamento de Carne Caprina, com Elaboração de Material Técnicos;	1	30	30
	Seminário Territorial sobre Consumo de Carne Caprina e Desenvolvimento Sustentável para Gestores Públicos;	1	40	40
	Cursos regionais sobre qualificação da produção e desenvolvimento de novos produtos;	4	30	120
	Curso sobre ferramentas e técnicas de comercialização;	1	30	30
	Capacitação sobre gestão administrativa e financeira;	1	30	30
	Oficina regional de gestão e Empreendedorismos Solidários;	1	30	30
	Seminário Regional sobre Políticas de Comercialização – PAA;	1	40	40
	Apoio a participação	34	10	340

	de Representantes da Sociedade Civil em Sessões Especiais do Poder Legislativo Municipal para Inserção dos Produtos da Agricultura Familiar nas Compras Institucionais;			
	Seminário Territorial com Entidades da Sociedade Civil sobre Estratégia de Inserção de Mel e Carne Caprina no Mercado Institucional;	6	50	300
	Audiência Pública Regional com Agentes Financeiros e Gestores Públicos para negociação de alternativas de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar dos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe;	6	20	120
	Intercâmbio para conhecer experiências de práticas de comércio justo e da economia solidária;	1	45	45
	Encontro ampliado (RPB e ARCO) para debater sobre as experiências visitadas com foco no comércio justo e economia solidária;	1	40	40
	Elaboração de Materiais Didático-pedagógicos sobre Qualidades Nutricionais da Carne Caprina;	1	-	-
	Elaboração de	1	-	-

		Materiais Didático-pedagógicos sobre Qualidades Nutricionais dos Produtos da Colméia;			
		Elaboração Catálogo de Produtos para Comercialização (carne);	1	-	-
		Elaboração Catálogo de Produtos para Comercialização (mel);	1	-	-
		Confecção de Cartazes de Divulgação dos Produtos (Arco Sertão);	1	-	-
		Confecção de Banners de Divulgação de Produtos (Arco Sertão);	1	-	-
		Confecção de Folderes de Divulgação dos produtos (Arco Sertão);	1	-	-
		Boletim Impresso de Divulgação dos Produtos (Arco Sertão);	1	-	-
		Inserções de Propaganda em Rádios Comunitárias (Arco Sertão);	1	-	-
		Programa de Rádio (regional) abordando a agricultura familiar, cooperativismo, beneficiamento;	5	-	-
		Boletim Eletrônico Institucional;	1	-	-
		Criação e Manutenção de site com Catálogo de produtos on-line;	1	-	-
		Visita de Cobertura	4	-	-

	Jornalística;			
	Elaboração Catálogo de Produtos para Comercialização;	1	-	-
	Oficina de Construção da Política de Marketing Institucional e Comunicação;	1	30	30
	Consultoria para elaboração projeto gráfico e impressão do catálogo, folder...	1	-	-
	Seminários Regionais sobre Certificação da Produção;	1	40	40
	Intercâmbio Interestadual para conhecer experiências de certificação;	1	45	45
	Oficinas regionais para elaboração e monitoramento do Plano de Negócios da RPB;	1	30	30
	Seminário Regional sobre certificação da produção;	1	40	40
	Visitas técnicas aos municípios para orientação produtiva com visitas à certificação;	25	10	250
	Oficinas regionais para elaboração do Plano de Comunicação e Marketing da RPB;	2	30	60
	Despesas referentes as missões de acesso ao comprador .	3	5	15
	Feira Regional das Mulheres Produtoras	1	100	100
	Mostra Territorial de Produtos e Derivados de Carne Caprina;	3	50	150
	Mostra Territorial de Produtos da	3	50	150

		Colméia;				
		Apoio a realização de Feira da Agricultura Familiar e Econômica Solidária;	1	30	30	
	Sistematizar experiências dos EES.	Construção do plano de ação do PFAF para as sistematizações das experiências	1	15	15	
		Oficinas de monitoramento do plano de sistematizações e das próprias sistematizações	2	15	15	
		Oficinas de formação da equipe do PFAF durante os monitoramentos	3	15	15	
		Reunião com ARCO e RPB sobre proposta de sistematização da experiência dos EES	1	30	30	
		Visita em cada EES para sistematizar suas experiências	1	60	60	
		Construção da sistematização da Rede de Produtoras	1	30	30	
		Construção da sistematização da ARCO	1	30	30	
		Encontro regional de sistematização da experiência da RPB e ARCO Sertão (comércio justo e economia solidária);	2	30	30	
		Elaboração de periódicos das sistematizações do PFAF	3	15	15	
Desenvolvimento Territorial		Fortalecimento da Coordenação Estadual de Territórios para articulação de políticas públicas	Encontro Estadual de Dirigentes de Colegiados Territoriais	3	40	120
			Encontro Estadual dos Territórios de	3	60	180

de promoção de desenvolvimento rural sustentável	Identidade da Bahia			
	Reunião da Coordenação Estadual dos Territórios de Identidade da Bahia	6	40	240
	Curso de Formação para Dirigentes dos Colegiados Territoriais	1	00	00
	Seminário Estadual sobre o Papel das Universidades na Promoção do Desenvolvimento Territorial Sustentável	1	00	00
Assessoria e acompanhamento técnico voltada para qualificação do processo de planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas promotoras do desenvolvimento sustentável, com acompanhamento e monitoramento mais específico nos Territórios do Sisal e Bacia do Jacuípe	Oficina Territorial sobre Planejamento do Desenvolvimento Territorial	3	40	80
	Oficina Territorial de Construção Participativa de Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	9	40	240
	Oficina Territorial de Qualificação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	10	40	320
	Reunião Territorial de Planejamento e Monitoramento de Atividades	10	15	120
	Jornada de Apoio aos Colegiados Territoriais	20	10	50
	Jornada de Articulação e Planejamento de Políticas Públicas	18	10	50
	Seminário de Articulação de Políticas Públicas	8	5	200
	Encontro Estadual de Monitoramento com Articuladores Territoriais	4	30	30

		Publicação de material sobre Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável	8	0	00
		Assessoria Técnica a Eventos de Formação nos Territórios Rurais	10	0	00
		Assessoria técnica ao processo de elaboração a gestão do plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (articulador/a territorial)	4	0	00
	Assessoria e acompanhamento técnico voltado para a elaboração, implementação e monitoramento de ações dinamizadoras das economias territoriais e políticas setoriais de promoção de desenvolvimento sustentável	Elaboração de Plano Safra Territorial	02	01	40
		Assessoria Técnica para Qualificação de Planos Safras Territoriais	02	01	40
		Elaboração de Estudos de Potencialidades Econômicas	02	00	00

EQUIPE

Pessoal

DIRETORIA

A Diretoria eleita em abril de 2009 para o Biênio de 2009 – 2011 foi a seguinte:

A– Diretoria efetiva

Diretor Presidente: José Jerônimo de Moraes

Diretor Técnico: Clóvis Ramos Lima

Diretor Administrativo: João Batista de Cerqueira

Diretor Financeiro: João Dias de Araújo

Diretor de Relações Públicas: Marineide Dias dos Santos

B– Conselho Fiscal

Roberto Celso Lima Cavalcante

Antônio José Gonçalves Souza

Patrícia Ferreira Nascimento de Oliveira

Maria das Graças Araújo

Suplentes:

Tereza Rocha de Souza

Urbano Carvalho

Gilca da Silva Carneiro Moraes

C– Secretário Executivo

Naidison de Quintella Baptista

D– Coordenadora Pedagógica

Célia dos Santos Firmo

EQUIPE DE TRABALHO

A– Equipe Técnica Básica

Programa Água e segurança Alimentar

Acássio de Oliveira de Macedo¹⁵
Ana Glécia da Silva Almeida
Edmundo Luiz de Jesus
Flávia Araújo Costa Penna
Gilberto Neto
João Francisco da Silva Netto
Joelson dos Santos Silva*
Kamilla Ferreira da Silva Santos
Maressa Correa da Costa Campos
Nilton Sampaio Freire de Mello
Rosiler dos Santos Silva
Silvaney Santiago Souza*

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Abimael Passos dos Santos
Ana Dalva Souza Santana
Ângela Maria Cerqueira das Virgens
Denisson Neves dos Santos*
Francielle Oliveira Souza*
Gisleide do Carmo Oliveira
Ivan Leite Fontes
José Domingos Cavalcante Carvalho
José Ivamberg Ferreira Silva
Lourena de Oliveira Cruz*
Luíz Lisboa de Oliveira
Mariza Cerqueira das Virgens
Roberta Rastl-Kircher*
Wellington da Silva Oliveira
Wilza Oliveira de Almeida
Wilson José Vasconcelos Dias

Programa de Comunicação

Klaus Minihuber*
Daiane Almeida Ferreira

¹⁵ Desligaram-se da instituição no decorrer do ano

* Cooperante da Horizonte3000, Áustria

* Cooperante da Horizonte3000, Áustria

Lorena Amorim da Silva Morais
Nayara Cunha da Silva

Programa Criança e Adolescente

Ana Carla Alves Lacerda
Conceição Eliana Carneiro*
Márcia Regina Pinho*
Márcio Fróes da Motta Mascarenhas*
Mário César da Costa Borges Filho

Programa de Educação do Campo
Bernadete Carneiro
Cleonice dos Santos Oliveira
Francisca Maria Carneiro Baptista
Michelle Rios Lopes
Vera Maria Oliveira Carneiro
Zhara Leite Souza

Programa de Gênero
Maria Vandalva Lima de Jesus
Selma Glória de Jesus

Projeto Especial Juventude
Givaldo do Carmo Souza

B - Equipe Administrativa

Adel Ruy Dantas de Cerqueira
Alexandro Lima de Meireles
Darlan de Lima Torres
Dinalva Leite das Virgens Cerqueira
Donato da Silva
Edivânia Santos de Lima
Edna Moura Magalhães*
Everaldo Leite das Virgens
Gilberto Carlos de Oliveira

Gilvan Rogério Vieira de Araújo
Gleide Dias de Almeida Cordeiro
Joaquim Kircher*
Luís dos Santos Silva

Fontes de Recursos Locais/Nacionais

Luíz Silva Lima
Margarida Maria Pereira de Jesus
Maria das Graças Souza Bittencourt
Maria Jocerise de Souza
Maria Neuza Rios
Rosenice Alves de Souza
Sandra Regina Alves Vergne de Morais
Tarciane Rios de Oliveira

Estagiários/as e Colaboradores/as

Programa de Comunicação

Raquel Pinto de Santana

Projeto Especial Juventude

Daiane Andrade

Isabel de Almeida Santos

RECURSOS FINANCEIROS

* Cooperante da Horizonte3000, Áustria

• API MC
• BANCO DO NORDESTE
• MDA/SDT – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Desenvolvimento Territorial
• PETROBRAS
• PFIZER
• PNUD/MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
• PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
• SEBRAE
• SECRETARIA DA AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
• SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA
• SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
• SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE DO ESTADO DA ABHIA
• SEDES
• SOLVAY
• UNICEF

Fontes de Recursos do Exterior

• ACTION AID
• CORDAID – Holanda
• CRS – Estados Unidos
• DISOP – Bélgica
• Heifer – Argentina
• ICEP – Áustria
• MANUS UNIDAS – Espanha
• OMICRON – Áustria
• PÃO PARA O MUNDO – Alemanha
• United Way – Estados Unidos
• Universidad Complutense de Madrid

GLOSSÁRIO

AMAC - AGÊNCIA MANDACARU DE COMUNICAÇÃO E CULTURA

ABRAÇO SISAL - ASSOCIAÇÃO DE RÁDIOS E TVS COMUNITÁRIAS DO TERRITÓRIO DO SISAL

APLB - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

ASA BRASIL - ARTICULAÇÃO NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

ASCOOB - ASSOCIAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE APOIO A ECONOMIA FAMILIAR

CAE - CONSELHOS DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

CAT - CONHECER, ANALISAR E TRANSFORMAR A REALIDADE DO CAMPO

CEM - COMISSÕES EXECUTIVAS MUNICIPAIS

CESE - COORDENAÇÃO ECUMENICA DE SERVIÇOS

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CME - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CODES JACUÍPE - CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO TERRITÓRIO BACIA DO JACUÍPE

COGEFUR - CONSELHO GESTOR DO FUNDO ROTATIVO

ARCO SERTÃO - AGÊNCIA REGIONAL DE COMERCIALIZAÇÃO DO SERTÃO DA BAHIA

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA

EES - EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

FATRES - FUNDAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS E AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO SISALEIRA

FEEC – FÓRUM ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

FIA – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

FNDE – FUNDO NACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

FUNDEB – FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA

MMTR – MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

P1+2 – PROGRAMA UMA TERRA E DUAS ÁGUAS

P1MC – PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS RURAIS

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

PASA – PROGRAMA ÁGUA E SEGURANÇA ALIMENTAR

PBL – PROJETO BAÚ DE LEITURA

PCA – PROGRAMA CRIANÇA E ADOLESCENTE

PETI – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

PFAP – PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

PPA – PLANO PLURIANUAL

PPPS – PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS

REPARTE – REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARCEIROS DA TERRA

RESAB – REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

RPB – REDE DE PRODUTORAS DA BAHIA

SEDES – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À
POBREZA

SGD – SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS

STR – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

UCME – UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHEIROS MUNICIPAIS DE
EDUCAÇÃO

